

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Grupo de Trabalho 02 – Organizações empresariais, representação de interesses e ação política

A Ação Política do Empresariado Industrial Catarinense: O Caso da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

Marisa Larsen Güths
Doutorado/UFSC

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar a ação política do empresariado industrial presente na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, principal entidade de representação dos interesses industriais no Estado que faz parte da estrutura corporativa. O período analisado inicia-se com sua fundação em 1950, mas com ênfase no contexto das mudanças acarretadas pelo retorno da democracia ao país em 1985, passando pelas reformas econômicas e político- institucionais dos anos 90 até recentemente. Inicialmente, recuperamos a trajetória das relações historicamente estabelecidas entre o empresariado industrial e o setor público no Brasil, focalizando o modelo corporativo que presidiu a institucionalização das relações entre Estado e sociedade civil e suas consequências sobre a organização e representação dos interesses do empresariado industrial. Em seguida, identificamos as mudanças que ocorreram nessa relação numa fase mais recente, com o desmantelamento da estrutura institucional do modelo de desenvolvimento presidido pelo Estado e orientado pelas relações corporativas e sua substituição por relações mais pluralistas na tentativa de incorporar o empresariado brasileiro ao processo de globalização através de reformas orientadas para o mercado. Paralelamente, analisamos a evolução do formato de representação e mediação dos interesses do empresariado industrial, que evoluiu ao longo do tempo para um sistema híbrido e complementar entre entidades corporativas e extra-corporativas. Num segundo momento, analisando as principais estratégias políticas desenvolvidas pela FIESC junto ao poder público de Santa Catarina, concluímos que os vínculos estabelecidos com o executivo estadual desde sua fundação, garantiram a entidade uma participação importante na implementação de projetos de desenvolvimento de interesse para o setor industrial no Estado. À partir do retorno da democracia há um aprofundamento das relações dos dirigentes da FIESC com os partidos políticos, utilizando essa via pluralista para a representação dos seus interesses junto ao Legislativo. Tal esforço não substituiu, contudo, a tradicional ênfase nos contatos diretos da Federação com o Poder Executivo Estadual. O intercâmbio torna-se mais efetivo junto aos governos administrados por partidos de direita principalmente à partir da década de 90, garantindo a participação da entidade na formulação e implantação de políticas para o setor. Essa participação poderia ser entendida como uma relação neocorporativa positiva, onde o Estado admite na mesa de negociação representantes da sociedade civil para discutir políticas específicas de interesse dos diferentes setores antes de implementá-las efetivamente. Porém essa prática não chega a se estender a outros setores da sociedade civil, como a participação do trabalhador nas negociações por exemplo. Essas relações público/privado em SC dão continuidade ao velho estilo corporativista de inserção direta do empresariado na máquina estatal, perpetuando as mesmas relações desiguais e antidemocráticas do modelo corporativista bisetorial mantido entre o Estado

autoritário e populista e o empresariado ao longo das diversas fases do desenvolvimento capitalista no Brasil, de onde o trabalhador é excluído. As articulações construídas entre os poderes públicos, os partidos políticos e a Federação mostram claramente que o empresariado continua a fazer uso de métodos não democráticos para se fazer representar e ser atendido nas suas demandas, e que continuam a aprofundar uma assimetria na capacidade de organização dos interesses entre as classes.

O presente trabalho se propõe a dar uma contribuição no estudo do comportamento político de um ator importante do processo de desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, o empresariado industrial. Nos dedicamos aqui a estudar somente uma fração particular desse setor, aquele presente na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, entidade máxima que congrega a grande maioria dos sindicatos patronais existentes no Estado e que faz parte da estrutura corporativa de representação de interesses do empresariado industrial nacional implantada nos anos 30. O objetivo principal é identificar as principais estratégias de representação da entidade junto ao poder público ao longo de sua existência que começa em 1950 e vai até a gestão 2003-2005.

O período 1950-1985 marca a implantação da estrutura corporativa de representação de interesses do empresariado industrial no Estado de Santa Catarina. É uma fase de grande afinidade entre os interesses industriais e os projetos implementados pelos governos estaduais em favor do desenvolvimento econômico do Estado. Os contatos entre a FIESC e os governos estaduais teriam sido bastante próximas já desde a sua fundação, chegando a certos momentos a um processo de osmose entre as duas esferas, dificultando a percepção dos menos avisados quanto a linha divisória entre o que é público e o que é privado.

Esse período desenvolvimentista também ficou marcado por uma participação importante de certos setores industriais na máquina administrativa federal. Porém, desde o fim do período autoritário em 1985, o cenário político e econômico brasileiro foi marcado por mudanças profundas na forma de governo, na representação política dos diferentes setores da sociedade civil e no modelo de desenvolvimento do país. Os anos 90 marcam o início das reformas neoliberais no Brasil, com a abertura da economia ao mercado externo, a opção pelos governos de políticas econômicas ortodoxas e mudanças importantes no campo político-institucional, além da definição de um novo marco regulatório e de uma nova relação política entre o setor público e a sociedade

civil com o desmonte da estrutura institucional pautada pelo modelo de desenvolvimento presidido pelo Estado e orientado pelas relações corporativas.

Este cenário tem trazido à tona e ao centro do debate acadêmico, a questão da organização dos diferentes setores da sociedade civil e a representação de seus interesses junto aos poderes Executivo e Legislativo. Nesse sentido, alguns estudos tem enfatizado esse período como uma grande incerteza para o empresariado industrial brasileiro, justamente quanto as estratégias que suas organizações de representação de interesses, tanto as corporativas quanto as extra-corporativas deveriam desenvolver frente a organização crescente da sociedade civil, seja com os diferentes movimentos sociais de defesa de interesses diversos e a organização de entidades independentes, seja quanto a incerteza da forma e das modalidades de articulação que iriam determinar a representação de seus interesses junto ao setor público face a reestruturação do aparato institucional do Estado.

O setor industrial e suas diferentes frações tem sido afetados de maneira especial justamente pela mudança radical no modelo de desenvolvimento até então calcado na intervenção estatal e no protecionismo, para um modelo neoliberal marcado pela independência das decisões do mercado e pela concorrência internacional. A implementação dessas reformas orientadas para o mercado exigiu dos empresários uma reorganização profunda de suas estratégias de sobrevivência numa economia globalizada.

Essas transformações provocaram mudanças não só na estrutura de representação do empresariado industrial que se organiza a nível nacional, como também nas entidades que atuam a nível estadual e regional. O nosso interesse é então detectar no que essas transformações afetaram a dinâmica de renovação dos dirigentes da FIESC, seu papel enquanto principal entidade de representação e mediação de interesses do empresariado industrial em Santa Catarina, e a definição das estratégias de ação a serem implementadas pela entidade dali em diante. A ação política da entidade será analisada através de seus vínculos com o poder público de Santa Catarina desde sua fundação em 1950, mas com ênfase na fase mais recente, à partir do retorno da democracia, através dos processos eleitorais que definiram a composição das novas diretorias da entidade, de suas ligações com os partidos políticos e dos contatos com o Poder Executivo Estadual.

Nosso estudo se situa assim em torno dessa questão principal : como o empresário industrial catarinense representado na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina orientou suas estratégias e ações no momento de sua fundação em relação ao setor público, e mais tarde, dentro do contexto da redemocratização e de reformas político/institucionais e econômicas dos anos 1990, qual o entendimento desse empresariado quanto as principais estratégias políticas a serem desenvolvidas pela entidade para representar eficazmente suas demandas junto ao Executivo e Legislativo federal e estadual e garantir assim, o atendimento dos seus interesses.

Enfim, pretendemos assim apreender a evolução desse formato corporativo de representação no Estado, no sentido de identificar no que essas modalidades de articulações entre o público/privado no caso da FIESC com o governo catarinense contribuem para a sobrevivência dessa estrutura, para o aperfeiçoamento e o fortalecimento das instituições democráticas atualmente e, portanto, para a representação mais democrática dos diferentes setores junto ao setor público, haja vista que a volta da democracia tem permitido o desenvolvimento de relações mais pluralistas e, até, de algumas poucas experiências neocorporativas.

Corporativismo e pluralismo na estrutura de representação do empresariado industrial brasileiro

As principais análises elaboradas sobre o empresariado no Brasil, desde F.H.Cardoso, passando por E.Diniz, R.Boschi, S.C.V.Cruz, R.A.Dreifuss e A.Minella, e muitos outros, tem resgatado a importância da ação política desse ator na construção da sociedade brasileira, contrariando pesquisas anteriores, principalmente as de P.Schmitter e de Lembruch sobre o corporativismo brasileiro, que o haviam identificado como um agente pouco organizado e fraco quanto a sua capacidade de influência e elaboração de políticas do seu interesse junto ao setor público. As principais conclusões sobre o comportamento desse ator indicam que se ele não foi capaz de elaborar uma proposta de modelo de sociedade mais democrático e mais abrangente que englobasse também os outros setores da sociedade brasileira ao longo do processo de industrialização do país, e mais tarde de tomar a frente no movimento pela democratização, também não podemos avaliá-lo como um ator inexpressivo nem estático, pois soube tecer espaços de representação junto ao setor público revertendo a seu favor políticas que lhe trouxeram benefícios duradouros durante todas as fases da industrialização do país.

Do ponto de vista político, as pesquisas identificaram diferentes modalidades de relações/articulações políticas construídas e mantidas entre o Estado brasileiro e o setor industrial, ao longo das diferentes fases do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O período 1930-1950 marca a primeira fase dessa modernização capitalista, através do modelo de desenvolvimento baseado na substituição das importações, conjugada a uma vasta reforma político-institucional de caráter estatal-corporativista que consagrou o princípio da tutela do Estado e implicou a subordinação dos grupos de interesses, das organizações patronais e dos sindicatos de trabalhadores a uma estrutura vertical, fortemente hierarquizada e centralizada, tendo no topo as organizações de ponta diretamente subordinadas ao Ministério do Trabalho. Essa estrutura corporativa de representação de interesses da indústria e do trabalho teria sido criada e implantada pelo primeiro governo de Getúlio Vargas 1930-1937 (Diniz, 1979).

Ao longo dos anos, a estrutura corporativa transformou-se na via principal de incorporação política dos setores empresarial e operário, sendo que nenhum desses dois principais atores da ordem industrial constituiu sua identidade coletiva pela mediação dos partidos políticos. O conflito de interesses canalizou-se diretamente no interior do Estado. Ou seja, a montagem dessa estrutura corporativa se deu antes da institucionalização das regras da competição política, o que levou a uma dissociação entre as instâncias de organização e a representação de interesses, cabendo ao Estado o papel central na administração do conflito distributivo (Diniz, 1979, Santos, 1988).

Esse tipo de relação política Estado/Sociedade permaneceu intacta mesmo com a instauração do regime democrático entre 1946 e 1964 (República Populista) que institucionalizou o sistema de partidos políticos, assim como durante o regime militar entre 1964/1985 (Diniz e Boschi, 1987). Apesar de haver uma certa incerteza quanto a possibilidade de absorção de interesses trabalhistas na condução das políticas públicas no período democrático que antecede o golpe de Estado de 1964, e da burguesia não possuir uma forma de organização independente do Estado, o empresariado se fez presente na máquina estatal com as suas organizações corporativas através da formação dos « anéis burocráticos », uma intermediação informal cotidiana direta com o núcleo de direção das políticas públicas do Estado, que se tornaram muito mais eficazes que o diálogo com os centros de decisão (Baltar, 1996).

O conceito de « anéis burocráticos » foi formulado por Fernando Henrique Cardoso (1975), para descrever as relações/articulações clientelistas que se desenvolveram entre empresários, ministros e tecnocratas do Estado durante o período que antecede o golpe de 1964, mas que também continuaram em funcionamento durante o regime militar. A idéia de « anéis » procura exprimir as características particulares de interação de interesses privados na administração estatal à partir de uma rede de cumplicidade pessoal protegidas contra as alterações políticas na direção dos quadros administrativos do primeiro escalão do governo (Cardoso, 1973).

O que ficou estabelecido durante todo o período 1930-1964, foi a sistemática da negociação setorial e bipartite entre os representantes do empresariado e os integrantes dos altos escalões burocráticos do governo, de onde o trabalho foi excluído (Diniz, 1997). Então, apesar de haver uma fragilidade na representação dos interesses da sociedade civil junto ao Estado (Executivo e Legislativo) por fazerem parte do esquema corporativista, ela só é verdade em relação a representação dos interesses dos trabalhadores, porque os empresários criaram canais alternativos e souberam se fazer representar de uma maneira muito eficaz transformando seus interesses corporativos em ação política através dos « anéis burocráticos », mesmo diante de um Estado altamente centralizador e burocrático nas decisões e frágil na capacidade de implementação de políticas (Baltar, 1996).

A relação Estado-sociedade civil caracterizou-se por uma assimetria muito grande na forma de representação de empresários e trabalhadores junto ao Estado. Dessa forma, o sistema corporativo de mediação de interesses representou a abertura de novos espaços políticos para a classe empresarial em formação, permitindo a ela uma inserção direta no aparelho estatal. A prática da negociação por setor entre os grupos econômicos e o Estado, transformou o poder Executivo em uma arena privilegiada para a execução das demandas empresariais (Diniz, 1997, Dreifuss, 1986).

Do ponto de vista da burguesia, o corporativismo indicava que o Estado estava se modelando aos interesses privados. Do lado do trabalho, ao contrário, o corporativismo indicou o controle político, pois o Estado regulamentou, arbitrou e controlou os conflitos entre as classes, não somente através da repressão direta aos trabalhadores, do controle de seus órgãos de representação e a proibição da formação de centrais únicas, mas também pela despolitização dos conflitos, como consequência, entre outros fatores, da prática de negociações setoriais ou por categorias profissionais (Diniz, 1997).

O período militar-autoritário entre 1964-1985 também não foi diferente. Continuou a caracterizar-se por um aprofundamento da centralização burocrática das decisões no executivo federal, aliada a implantação radical da ideologia do planejamento racional, como forma de acomodar os interesses da burguesia junto ao Estado. Apesar dos anéis burocráticos continuarem a existir durante o período autoritário, o objetivo dos militares era substituir esse tipo de intermediação informal dos interesses burgueses, pela representação direta da lógica do capital nas decisões do Estado.

Essa inserção direta do capital na burocracia pública englobava geralmente uma ou mais agências do aparelho estatal na área técnica e no segundo e terceiro escalões, e pela ação combinada de mecanismos formais e informais, um acesso garantido na origem as organizações da estrutura corporativa do empresariado (Baltar, 1996). Teria sido também os setores dinâmicos e a grande empresa os mais beneficiados com o esquema de definição de alocações dos recursos concentrados nas agências estatais. Essa interação público/privado também resultou na exclusão dos outros setores da sociedade civil, além de favorecer o dinamismo da produção capitalista e a concretização dos interesses patronais a longo prazo.

A estrutura corporativa de representação ficou um tanto enfraquecida durante a ditadura militar e, portanto mais distante do acesso aos recursos em favor do desenvolvimento industrial, mas não concluiu-se por uma exclusão dessa esfera de representação do empresariado junto ao Estado. O que houve foi uma combinação entre a estrutura corporativa de representação de classe, os órgãos de representação paralela ou extra-corporativa, e os núcleos de articulação por "cartel", através da gestão planejada das políticas econômicas, sempre excluindo e controlando o movimento operário (Dreifuss, 1986, Diniz, 1978, Baltar, 1996).

As consequências dessa prática de representação direta dos setores empresariais junto ao aparelho burocrático do Estado, dispensando a mediação dos partidos políticos para levar suas demandas ao Estado, resultaram numa prática de solução de problemas altamente protegidos da ingerência de grupos e de interesses mais amplos. Mas esse modelo também acabou distanciando e dispensando a participação dos próprios empresários das grandes decisões tomadas pelo governo federal em matéria de condução da política econômica e política industrial na segunda metade do período autoritário. Assim, se por um lado garantiu-se o acesso ao setor privado as agências governamentais nas esferas de competência mais específicas, um processo que ficou conhecido como a « privatização do Estado », de outro o setor foi excluído das arenas decisórias de nível superior do governo (Diniz, 1978, Baltar, 1996).

É interessante perceber aqui que o enfraquecimento contínuo de organizações de 3º grau como as Confederações previstas na legislação, na sua capacidade de exercer o monopólio da representação de interesses, na medida em que elas se subordinavam cada vez mais ao Estado e enfrentavam a concorrência da proliferação de formas diversas de participação do empresariado desenvolvidas a margem da estrutura corporativa, acabaram tendo sua autoridade transferida para os Estados. É o caso da CNI (Confederação Nacional da Indústria) por exemplo. Enquanto representante máxima dos interesses do empresariado industrial brasileiro a nível nacional, viu o seu poder na estrutura organizacional patronal ser transferida para as Federações das Indústrias com sede nos Estados, em função de sua fraca autonomia em relação ao poder central. Dessa forma, entidades como a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) haviam atingido projeção nacional já desde os anos 1960 e, em muitos momentos e até hoje ainda tem sido requisitada como porte-parole do empresariado industrial nacional, apesar da CNI ter recuperado desde os anos 90 parte de sua capacidade de organização e representação de interesses junto ao empresariado industrial nacional.

De qualquer forma, como bem remarcam S.Velasco e Cruz e A.C. Minella, as próprias organizações corporativas do empresariado industrial brasileiro extrapolaram os limites impostos pelo Estado ao seu funcionamento, construindo e aperfeiçoando ao longo do tempo uma ação política que era proibida pela regulamentação oficial. Análises mais recentes observaram que essa ação no interior dos Estados teria sido muito importante através das Federações das Indústrias (Güths, 2002).

Durante o último período do governo militar autoritário, os conflitos entre os interesses patronais e o Estado autoritário também se tornaram mais evidentes em função dos limites do modelo autoritário de governo enquanto motor do desenvolvimento da economia e a percepção da gravidade da crise face o esgotamento do modelo de desenvolvimento pela substituição de importações. Na verdade, o problema da representação dos interesses empresariais pelo Estado e a não-participação dos líderes ou das elites patronais nos centros de decisão, resultou num movimento

interminável de complexificação da sociedade, que desembocou numa crise de representação dos interesses da indústria dentro do Estado (Baltar, 1996).

Do ponto de vista da organização da representação dos interesses da indústria, o surgimento das organizações extra-corporativas também teria sido o resultado da centralização de decisões no Executivo, levando o empresariado da indústria dinâmica à transpor a rigidez da estrutura sindical oficial submetida ao Estado. Isto correspondeu nas fases mais recentes da história política do país, principalmente à partir dos anos 60, a uma maior mobilidade na intermediação de interesses da classe patronal, principalmente porque a dinâmica de representação dessas novas associações setoriais da indústria escapava ao controle direto do Estado.

Porém, como bem indicaram Diniz e Boschi, essa segunda modalidade de representação do empresariado industrial dentro desse formato mais pluralista, não representaram uma forma alternativa às confederações, federações e sindicatos patronais corporativos existentes. Na verdade, houve a conformação de uma estrutura dual de representação do empresariado industrial, onde as duas modalidades corporativas e extra-corporativas acabaram tornando-se complementares nas suas funções, desenvolvendo ao mesmo tempo relações corporativas, pluralistas, clientelistas e informais entre o empresariado e o Estado. Na prática, esse formato mais pluralista teria reproduzido o mesmo tipo de negociação fixado anteriormente, aquele definido e imposto pelo Estado ao longo do processo de institucionalização dos mecanismos de representação dos interesses e baseado principalmente sobre o autoritarismo e o clientelismo.

Portanto, o crescimento da estrutura de representação extra-corporativa não desenvolveu um sistema de representação mais democrático entre os diferentes segmentos que compõe a sociedade, nem entre os próprios setores da indústria, como também não substituiu o modelo corporativo oficial por um sistema mais moderno de associação no qual o modelo de funcionamento se fizesse sobre bases essencialmente pluralistas e, por consequência, mais competitivas (Diniz e Boschi, 1979).

Apesar de ter sido observado uma série de transformações importantes nas relações Estado/Sociedade de tipo pluralista paralelamente a pressões em favor da democracia participativa nos últimos anos da ditadura militar, os empresários chegaram aos anos 80 utilizando amplamente as duas modalidades de organização.

Mas o retorno da democracia em 1985 e a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 1987, trouxeram mudanças importantes no movimento patronal. Assistimos a modernização e o reforço das organizações corporativas tradicionais, principalmente as entidades de cúpula como as Federações e as Confederações, com a renovação dos seus líderes e a reorganização de sua estrutura, tornando-as mais flexíveis e aproximando-as de sua base empresarial, tornando-as mais

ativas junto ao Executivo e ao Legislativo, e fazendo frente a uma sociedade civil cada vez mais participante politicamente.

É nesse momento de mudanças profundas na ordem econômica, política e social do país que vemos também um incremento importante na representação dos interesses patronais com um aprofundamento e uma diferenciação ainda maior de sua estrutura extra-corporativa de representação e de seus principais segmentos. Surgem entidades como o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), os Institutos Liberais e o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), que não somente representam novos canais de participação a margem da estrutura oficial ou uma maior autonomia e independência na representação, mas também a necessidade de formular propostas mais globais que transcendessem o universo do ponto de vista setorial do empresariado e que permitissem a ruptura com a prática da defesa de interesses puramente corporativos. Essas organizações propunham a difusão de novos valores aos próprios empresários brasileiros, ligados a defesa da economia de mercado e da livre iniciativa.

Sem dúvida, a conjuntura política e econômica dos anos 80 e 90 tornou mais difícil a formulação de políticas diretamente dentro dos órgãos e agências de desenvolvimento do Estado, colocando aos empresários brasileiros a necessidade de revisar suas formas de organização e de ação. É o momento da construção de uma nova ordem para o Brasil, e para uma parcela dos empresários brasileiros, principalmente para aqueles representantes do centro do país, mais ligados a grande indústria nacional e transnacional, essa ordem necessariamente deveria ser construída sobre os princípios do neoliberalismo e do anti-estatismo, elegendo os princípios da livre empresa e da economia de mercado como os únicos meios que poderiam solucionar os graves problemas socio-econômicos do país, ocasionados, segundo eles, pela hiperprofia e pela má gestão do setor público. Este será o discurso predominante dali em diante, apesar de estar em decalagem constante com as modalidades de comportamento/representação predominantes no meio empresarial em geral fortemente influenciado ainda pelas práticas corporativas.

Nesse sentido, essa fase representou o início da ruptura com o modelo tradicional de representação dos interesses junto ao Estado. No governo de transição de José Sarney (1985-1989), os interesses de classe passaram a se organizar cada vez mais de forma privada, fora do Estado, o que implicou a formação de novas alianças de classe e uma nova forma de exercício do poder político. Nesse sentido, a crise dos anos 80 foi uma fase de ajustamento na estrutura política de representação dos novos interesses emergentes (Diniz, 1996).

Num primeiro momento, em contraste com o que caracterizou a ação do empresariado em períodos anteriores, restrito ao exercício da influência sobre a arena da burocracia governamental, eles se voltaram a uma presença mais ativa na arena política através da disputa de cargos eletivos para o Executivo e o Legislativo em diferentes níveis (vereador, prefeito, deputado, governador),

elegendo mesmo 32% dos deputados para a Constituinte e exercendo um papel ativo nos debates constitucionais, seja através da prática do lobby, seja através de uma ação mais coordenada por entidades como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a UBE (União Brasileira de Empresários), criada especialmente com a finalidade de influenciar a elaboração da Nova Constituição.

Apesar dos empresários brasileiros terem se dedicado durante todo o processo Constituinte (1987-88) a derrubar as proposições da classe trabalhadora em relação aos direitos trabalhistas, eles também propuseram a criação de arenas do tipo neocorporativas como conselhos e órgãos de regulamentação econômica e de política industrial, formados sobre a base do princípio da representação paritária entre empresários, trabalhadores e técnicos das agências governamentais, um fator importante nas reformas institucionais discutidas pelo novo governo. Há um começo tímido, ao menos por parte dos líderes patronais, em admitir a presença dos trabalhadores na mesa de negociação e de decisões de políticas. Por outro lado, essa proposta do empresário brasileiro também ia de encontro com sua ação política histórica, sempre no sentido de aumentar sua influência e sua participação no processo decisório.

Nesse sentido, a relação do empresariado com o setor público também entra numa nova fase de definição. Verificou-se um estreitamento das relações patronais com os segmentos de uma nova tecnocracia que passaram a ocupar posições centrais na máquina administrativa federal. Essa associação fundou-se em torno de interesses ligados à modernização capitalista brasileira, mas sem chegar a se configurar num projeto de reconstrução nacional. Portanto, ainda havia um caminho aberto entre o Estado e o setor privado, com a emergência de instâncias neocorporativas. Mas, as relações clientelistas e corrompidas entre empresários, ministros e tecnocratas de Estado tão bem estruturadas durante a ditadura militar não se alteraram com o retorno da democracia e a recuperação do papel do Congresso Nacional no governo da Nova República. As análises registraram um reforço do estilo direto do setor privado junto ao aparelho burocrático do Estado nessa fase, além da utilização intensiva da instância parlamentar, com os diversos grupos de pressão e as forças políticas do Congresso para formar uma base de sustentação ao governo (Gros, 1993, Camargo e Diniz, 1989).

É preciso lembrar também que o primeiro governo democrático pós-ditadura reproduziu o modelo histórico caracterizado por uma presença estatal muito forte e pela primazia do poder Executivo na definição de políticas, um estilo de governo também presente mais tarde no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Todo o período 1986-1992 foi marcado por uma instabilidade econômica, social e política sem precedentes na história do país, e o modelo corporativista de intermediação de interesses continuou a provocar efeitos nefastos nas relações políticas Estado/Setor Privado e nas relações Capital/Trabalho (Camargo e Diniz, 1989).

Isto ficou bastante claro quando os dois governos tentaram costurar um pacto social com o empresariado e os trabalhadores para tirar o país da crise provocada pelo fracasso dos programas de estabilização da economia e a perda do controle do governo sobre a inflação, que levou o país a um conflito distributivo generalizado entre os três principais atores e a moratória da dívida externa. As ações desenvolvidas pelos diferentes setores da sociedade em favor do pacto não foram suficientes para materializá-lo. Entre outras razões, a principal razão desse fracasso estaria na relação Estado/Sociedade baseada na estrutura corporativista de representação dos interesses do empresariado e dos trabalhadores em vigor desde os anos 30 (Diniz, 1993 e 1997).

Enfim, se a centralização do processo decisório no Executivo e o corporativismo setorial bipartite foi compatível com o crescimento econômico via substituição das importações ao longo dos anos, ele também encorajou e sustentou o privilégio de estratégias restritivas e de perspectivas imediatistas, assim como a adoção de pontos de vista particularistas na defesa de posições relativas ao jogo econômico durante a transição, revelando-se desfavorável à consolidação de uma ordem democrática plena naquele momento (O'Donnell, 1982, Diniz, 1997).

No que concerne a atuação do empresariado industrial, alguns pesquisadores como Figueiredo (1993) continuaram apontando ainda a sua "fragilidade de representação" na heterogeneidade dos interesses e no fracionamento do movimento patronal aliado a competição intra-organizacional caracterizada pelo modelo híbrido de representação de seus interesses (corporativo e extra-corporativo), que não puderam ser compensados por mecanismos e por uma estrutura que atenuasse a dispersão e a setorização, como por exemplo a criação de uma entidade multisetorial de 4º grau que representasse simultaneamente os diferentes setores do empresariado brasileiro. Enfim, em função da fragmentação e da setorização das estruturas de representação do empresariado e também dos próprios trabalhadores, não havia força centralizadora para negociar um pacto que se organiza a nível macro, porque o próprio Estado brasileiro continuava a discutir separadamente com os setores.

Apesar da intransigência do Executivo e a rigidez da equipe econômica que tornaram muito difícil a coabitação com as regras do jogo parlamentar no governo Collor, foram introduzidas certas modificações importantes em relação as instâncias de representação de interesses do setor privado junto ao setor público. Uma dessas experiências positivas de cooperação com o empresariado foi a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC). A CEC foi criada com o objetivo de formular uma política industrial em sintonia com as reais necessidades do setor face à abertura do mercado brasileiro. Outra iniciativa importante foi a implantação das Câmaras Setoriais. Estes fóruns de negociação entre os setores público e privado foram os que mais se aproximaram das experiências neocorporativistas de certos países europeus, pois o empresariado foi chamado a opinar sobre as decisões mais adequadas quanto a formulação e a gestão dessa política, tornando-se uma novidade

em relação ao corporativismo autoritário herdado da era Vargas e inaugurando uma nova modalidade de relação mais democrática.

Apesar de não terem sido uma experiência definitiva, entre outras razões estariam as características de sua constituição e de sua lógica de ação (Silva, 1993), o seu impacto do ponto de vista político-institucional representou um rompimento com a tradição do voluntarismo tecnocrático na condução das políticas estatais, pois enquanto negociação tripartite agindo como instrumento de implantação de políticas setoriais, contribuiu para eliminar um dos principais pontos de estrangulamento das políticas públicas no Brasil, o abismo entre a formulação e a implementação. A falta de sustentação política frequentemente impediu essa fase, em razão das resistências de grupos estratégicos e do poder de veto de alguns segmentos, muitas vezes condenando ao fracasso as decisões tecnicamente bem concebidas (Diniz, 2000).

De qualquer forma, o sentimento que prevaleceu durante toda a década de 90, foi uma grande incertitude por parte do empresariado brasileiro quanto a sua participação nas instâncias públicas. E nesse sentido, o período de reformas de orientação neoliberal iniciadas à partir do governo Collor e intensificadas nos governos de F.H.Cardoso nos anos 90, não se caracterizou pela geração de incentivos e por uma lógica de incorporação dos atores junto ao processo decisório do governo federal. Houve, antes de tudo, um retraimento e uma redução do Estado através da centralização no Executivo Federal do processo decisório no que se refere as políticas econômicas, a ausência de uma política industrial, a subordinação do Legislativo e, finalmente, a inobservância de preceitos institucionais, o que colocou o judiciário numa posição de importância no cenário das estratégias de ação dos diferentes atores (Diniz, 2000).

Essa nova realidade política e econômica levou o empresariado a organizar cada vez mais os seus interesses de forma privada, fora do Estado. Também influenciou positivamente a formação de uma "frente" empresarial sob o comando de algumas organizações de cúpula setorial e por empresários líderes mais ligados a um projeto de desenvolvimento autônomo em relação ao Estado, quanto a necessidade de efetuar um pacto social para vencer a crise, assim como de mudar a visão dos próprios empresários em relação à necessidade de levar adiante as reformas neoliberais, apesar de no conjunto da classe isto não ter se realizado (Diniz, 1993).

Nesse sentido, os anos 90 projetaram um pluralismo ainda maior da estrutura de representação dos interesses patronais da indústria, através do aumento da competição entre diferentes modalidades de representação de conceber o papel e a ação do empresariado na esfera econômica e política, desencadeando um novo efeito modernizador na procura de uma maior eficácia na defesa das posições relativas a classe.

Faz parte desse cenário a mobilização comandada pelo empresário « gaúcho » Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, criando o movimento « Ação Empresarial », com o objetivo de

influenciar junto ao Congresso Nacional os temas referentes a primeira tentativa de revisão constitucional de 1993/1994. Esse movimento integrou os empresários e os representantes de diversas entidades de classe, como os dirigentes das Confederações (CNI) e das Associações Setoriais mais expressivas, além das Federações das Indústrias dos Estados, em torno de uma proposição de ação conjunta em favor das reformas orientadas para o mercado (Boschi, Diniz, Santos, 2000, Diniz, Boschi, 2001).

Durante o período 1994-97 o Plano Real de FHC tornou-se um sucesso, e as principais organizações empresariais sustentaram os principais pontos que compunham a agenda da nova política econômica. Mas à partir de 1996, o conjunto das entidades patronais começam a posicionar-se contra as altas taxas de juros, a sobrevalorização da moeda e a abertura econômica e, principalmente, contra a forma de condução dessa nova política pelo governo, novamente baseada em procedimentos típicos do isolamento burocrático no Executivo federal. As reivindicações dos empresários iam de encontro a necessidade de substituir esses mecanismos de intermediação de interesses típicos do período "desenvolvimentista" por outros que permitissem a participação da classe na formulação das políticas públicas.

A blocagem do governo FHC contra a participação dos diferentes segmentos da sociedade na esfera de formulação e de decisão de políticas públicas, principalmente a econômica, pode ser observada no tratamento negativo dado as Câmaras Setoriais instituídas por Collor. Desconsiderando a criação de arenas de negociação e de redes de articulação dos principais interesses engajados, inclusive de representantes do mundo do trabalho, FHC optou pela imposição de políticas formuladas do alto e por estratégias coercitivas sobre os agentes econômicos (Delgado, 2001).

Por outro lado, a alteração do papel relativo do Estado em relação aos interesses organizados dos diferentes segmentos da sociedade no governo FHC, teve um impacto profundo também sobre as relações entre as diferentes instâncias de poder. Substituiu-se o velho corporativismo estatal, já nos últimos tempos mais flexível em suas características hierárquicas e de coordenador autoritário das relações sociais, por novas modalidades de corporativismo incrementadas pelo crescimento da atividade reguladora do Estado no cenário pós-reformas. O Estado acaba cessando em parte, sua atividade de intervenção direta sobre a economia e passa a exercer mais uma função reguladora das atividades econômicas. O Executivo também cessou de ser a arena privilegiada dos interesses do capital doméstico para tornar-se o ponto de reencontro por excelência do mercado interno e dos fluxos globalizados através de novas modalidades de intervenção.

Mas juntamente com um novo comportamento do Estado, o Legislativo também foi colocado numa posição de importância em função do trabalho de ratificação das políticas

governamentais ; ou seja, enquanto espaço onde se define a forma final da atividade reguladora e onde abriam-se novos espaços de ação para os interesses domésticos organizados e à sociedade civil em geral. O Legislativo tornou-se o alvo privilegiado da ação dos grupos, principalmente dos segmentos empresariais que voltou-se em peso para uma ação coordenada da representação de seus interesses junto ao Legislativo (Diniz, Boschi, 1999). Há uma maior predisposição dos líderes patronais em concorrer e ocupar postos eletivos, o que desencadeou a idéia da existência de uma « bancada empresarial » no Congresso, mas negada pelos empresários. Análises mais recentes indicaram que muitos empresários dirigentes de organizações corporativas no interior dos Estados filiaram-se a partidos políticos à partir do retorno da democracia em 1985 (Güths, 2002).

A questão do Legislativo envolve ainda um outro aspecto importante na relação entre público/privado, que é o crescimento da atividade de lobby por parte do empresariado brasileiro na década de 90. A visão negativa do lobby enquanto prática corrompida e defensora de interesses especiais acobertada pelo clientelismo, que dificultava sua legitimidade enquanto modalidade de pressão junto ao Legislativo, mudou em função da reestruturação das bases de representação de interesses numa direção mais profissional distanciando-se progressivamente dos arranjos típicos do velho corporativismo. O ritmo de mudanças e do crescimento da atividade reguladora na esfera do Congresso que necessitava cada vez mais de análises mais técnicas e de conhecimentos altamente especializados também contribuiu para visualizá-lo enquanto meio de pressão legítimo junto ao empresariado (Diniz, 1999, 2001).

O incremento da pressão organizada do empresariado nesse novo ambiente político, se deu também com a especialização e o número de grupos credores no Congresso Nacional, e na implantação de escritórios de representação das entidades corporativas à Brasília, como é o caso de várias Federações de Indústrias dos Estados. Diante do poder de definição da agenda pelo Executivo e de reação e votação dessa agenda pelo Legislativo, o lobby empresarial tem desde então, influenciado direta ou indiretamente sobre projetos e medidas diversos. Enfim, segundo Diniz e Boschi, além do trabalho de pressão, o papel do lobby junto aos poderes, se faz hoje no sentido de um trabalho articulado com o Governo e na exploração de um canal de complementariedade entre as respectivas esferas de ação.

Aliás, pesquisas recentes dos dois autores indicam uma crescente "americanização" da representação dos interesses empresariais no Brasil, caracterizada por maior pluralismo, fragmentação e atividade de lobbies no Congresso. Apesar desse investimento crescente em lobbies fragmentados, que demonstram a criatividade e a flexibilidade do empresariado brasileiro na busca de novos canais para a articulação dos seus interesses, essa atividade também suscita maiores preocupações políticas quanto à transparência e, nesse sentido a questão maior é então como

controlar esses contatos entre legisladores individuais e o número crescente de lobbies e tornar transparente a influência de tais grupos (Diniz e Boschi, 2004).

E é sobre o plano dessas relações regidas por práticas que correspondem a uma modificação substancial do papel tradicional das instituições democráticas, que os autores insinuam o desenvolvimento de novos formatos corporativos que reúnem de uma maneira complexa e, até agora pouco transparente, setores do Executivo, novas agências reguladoras, a arena legislativa e as novas modalidades de associações como as que aglutinam as cadeias produtivas e não somente um setor particular, assim como as velhas organizações de interesse do setor privado renovadas para a nova era. Aliás, ao lado dos partidos políticos e dos meios de comunicação, as agências reguladoras tem sido apontadas pelos líderes empresariais, como os principais alvos das estratégias de ação dos grupos empresariais organizados em relação ao Legislativo, ao Executivo e as outras agências.

Isto indica que as estruturas de representação dos empresários brasileiros, ao menos dos setores melhores representados, adaptaram-se muito rapidamente aos novos tempos. Podemos notar essa disposição na própria CNI, através da criação do COAL (Conselho de Assuntos Legislativos) que tem o objetivo de dar suporte de análise técnica para a discussão de assuntos legislativos. Muitas Federações de Indústrias também tem dado atenção especial a esses estudos. Trata-se de uma assistência extremamente bem equipada para fazer junto ao Congresso, uma série de acompanhamentos de temas que interessam ao setor industrial, assim como a prestação de uma assistência com a coleta de informações e de dados sobre a atividade parlamentar. Desta maneira, o Conselho funciona como um ponto instrumental entre as duas esferas e se propõem mesmo a criar uma rede bem articulada entre o Legislativo e os segmentos patronais através da dissiminação sistemática de informações, presentes na Agenda Legislativa. O COAL se propõe também como um elemento federativo da representação empresarial no Congresso, com o objetivo de fomentar uma espécie de bancada virtual, informal e de composição variada segundo os interesses em questão.

Essas mudanças mais recentes observadas nas relações público/privado no Brasil, continuam garantindo uma representação muito mais eficaz dos interesses empresariais, em especial, dos que representam os setores mais dinâmicos da indústria nacional – os melhores posicionados na produção – e, portanto, daqueles que mais rapidamente adaptaram-se aos novos recortes de representação impostos pelo Estado à partir da metade dos anos 90, em detrimento dos outros setores da sociedade civil brasileira.

Essa evolução do quadro de representação do empresariado e o estatuto adquirido ou simplesmente mantido por certos setores após a reestruturação da produção e das reformas institucionais implementadas pelo Executivo Federal, indica que a estrutura de mediação de interesses entre o Estado e o setor privado no Brasil continua fortemente ancorado no modelo corporativo setorizado de negociação, do qual o trabalho continua excluído (Diniz, Boschi, 2004).

Apesar de terem nascido vários núcleos pluralistas no conjunto da sociedade nas últimas duas décadas, ao lado de pressões importantes para uma democracia participativa que ascentuaram o anacronismo da herança autoritária corporativista, foi o empresariado que mais diversificou a representação dos seus interesses, desenvolvendo uma rede de organizações diversificadas e eficientes que assumiram um papel central ao longo dos anos 90, principalmente junto ao Legislativo e atualmente, junto as Agências Reguladoras.

Portanto, no plano da representação e mediação dos interesses do empresariado industrial, tanto a estrutura corporativa e extra-corporativa continuam articulando seus interesses de maneira bastante eficiente. Mesmo não existindo até hoje uma organização multi-setorial do empresariado de caráter nacional, o que é indicado por alguns pesquisadores como um grave obstáculo para a união da classe como um todo em torno de um projeto em comum, e para uma influência mais decisiva do empresariado nacional sobre as decisões de políticas governamentais, os novos desdobramentos na sua representação junto ao poder público não parecem enfraquecer seu poder de ação.

E é particularmente na estrutura corporativa de representação que resistiu a duas transições para a democracia no Brasil e que trouxe tantos benefícios ao empresariado industrial, que reside nosso interesse nesse trabalho. Não poderíamos explicar a sua sobrevivência apenas através de uma análise de sua ação a nível nacional e de suas investidas sobre o Executivo e Legislativo Federal. Nesse sentido nos parece importante pensá-la a nível estadual, e nos colocar a questão sobre sua ação dentro dos Estados. A nossa análise da FIESC - Federação das Indústrias de Santa Catarina tem esse objetivo e pretende esclarecer em parte essa resistência da estrutura corporativa. Para isso, nomeamos as suas estratégias de ação política como a principal ferramenta para analisar sua evolução enquanto entidade, principalmente, aquelas desenvolvidas junto ao Executivo Estadual catarinense.

Portanto, a análise do corporativismo é central na minha análise como meio de captar as transformações mais recentes na representação e mediação dos interesses patronais no Brasil, abrindo a discussão sobre o espaço futuro desses arranjos no país.

Outra ferramenta importante no estudo do empresariado é analisá-lo a partir de uma perspectiva sóciopolítica. Partindo dessa linha as entidades representativas são analisadas e interpretadas num contexto mais amplo da ação política e corporativa da burguesia, onde a análise privilegia certos indicadores como a identificação dos grupos dirigentes dessas entidades e na medida do possível todas as suas articulações e conexões com outros setores da sociedade, mas, e principalmente, suas ligações políticas com autoridades governamentais e partidos políticos,

enfocando também a caracterização de elementos estruturais. Isto porque os seus procedimentos metodológicos são capazes de captar com mais precisão e de melhor caracterizar a interconexão do poder público com o empresariado, em diferentes conjunturas.

É o que propomos neste trabalho, analisar a ação política dos dirigentes da FIESC através de suas articulações com os governos estaduais catarinenses e os partidos políticos. Nesse sentido, o nosso objetivo é focar as organizações patronais antes de tudo como organizações de interesse político.

A estrutura corporativa da representação dos interesses do empresariado industrial catarinense

No Estado de Santa Catarina a criação de um órgão de representação mais amplo e especificadamente industrial se concretizou somente em 1950, quando a estrutura de representação corporativa já estava em vigor desde os anos 1930. Se comparada a outras Federações, os interesses industriais demoraram a se organizar formalmente no Estado de Santa Catarina, o que pode estar associado a uma estrutura industrial menos importante e a uma ação política menos dinâmica à nível nacional.

A FIESC foi formada inicialmente com a adesão de apenas 07 (sete) sindicatos industriais existentes na época, todos sediados na capital Florianópolis, centro político e administrativo do Estado. A primeira diretoria da entidade foi formada essencialmente pelos representantes da indústria da madeira e seus produtos transformados e pelo têxtil. O seu primeiro presidente foi um empresário da madeira da região de Florianópolis.

É interessante observar também que apesar da região de Florianópolis não deter um parque industrial importante, a concentração de poder político e a importância do gênero madeira na estrutura industrial do Estado, garantiram a esse setor e à Florianópolis uma posição de poder crescente na Federação. Na década de 50, o eixo do poder econômico e político do Estado de Santa Catarina era formado por três regiões do Estado – Vale do Itajaí (Blumenau, Brusque), Florianópolis e o Nordeste (Joinville), e são somente estas três regiões e suas principais cidades que irão ocupar a presidência da FIESC desde a sua fundação até hoje, revelando uma renovação muito pequena no comando da entidade. A alternância do poder entre as três excluiu outras regiões e gêneros industriais de peso na estrutura industrial catarinense que desenvolveram-se numa fase mais recente, como é o caso da agroindústria principalmente à partir dos anos 60 no Oeste e meio-Oeste-Catarinense, assim como a indústria da cerâmica (minerais não-metálicos) no sul do Estado (Criciúma) na década de 70.

Mas observando a evolução dessa estrutura corporativa de representação de interesses do empresariado industrial no Estado, percebemos que ela se desenvolveu-se regularmente desde sua

implantação em 1950. Há um aumento contínuo no número de sindicatos e de filiados à Federação ao longo das décadas, inclusive no período mais recente entre as décadas de 80 e 90. Atualmente existem somente 08 sindicatos da indústria legalizados em SC que não estão filiados a Federação, enquanto que o número total de sindicatos filiados chega a 128, o que é um número bastante expressivo.

A indústria no Estado de Santa Catarina tornou-se cedo o setor mais importante na economia do Estado¹. Análises indicam claramente que foi o setor que mais teve apoio de políticas específicas de desenvolvimento dos governos do Estado à partir dos anos 50. Isto se reflete também na participação dos setores na formação do PIB estadual. Desde o final da década de 60, a indústria ultrapassou o setor primário na contribuição do PIB estadual. Apesar de um pequeno recuo da indústria de transformação nas duas últimas décadas, o setor ainda domina largamente a geração total de riquezas no Estado com uma participação de 38,55% em 2003. Somado ao setor da construção civil esse índice passa de 40%, enquanto que a agropecuária contribui com apenas 16,85%, e o setor terciário em torno de 39%. Observa-se uma tendência à estabilização na participação de cada um dos setores no período, com um pequeno avanço do setor de serviços².

No quadro nacional, apesar de prevalecer ainda a enorme disparidade regional, a participação do Estado de Santa Catarina no PIB nacional passou de 3,35% em 1995 para 4,00% em 2003³. Atualmente, o Estado tem o sétimo maior PIB do país e está em sexto no ranking das exportações.

Essa expansão da indústria parece estar diretamente relacionada a uma presença crescente do setor junto a máquina governamental do Estado e a conseqüente intervenção do setor público a seu favor.

Estudos anteriores já haviam revelado claramente a participação política do empresariado industrial *catarinense* mostrando seu vínculo direto com a esfera pública estadual. O estudo de Meurer (1995) identificou que entre a queda do Estado Novo na década de 40 e o golpe militar de 1964, quatro empresários ocuparam o cargo de governador em SC: Aderbal Ramos da Silva, o primeiro governador eleito pelo PSD era presidente das empresas do grupo Hoepcke de Florianópolis; Irineu Bornhausen era um dos fundadores do Banco INCO de Blumenau na década de 30, e um de seus principais acionários; Heriberto Hülse, diretor de uma empresa de minério/carvão de Criciúma, a CBCA; e finalmente, Celso Ramos, proprietário de uma empresa de madeira de Florianópolis, fundador e primeiro presidente da FIESC.

¹ SC tem uma economia bastante diversificada, com pólos bem definidos de ramos industriais distribuídos por região. Os principais hoje são a produção de papel e madeira (Médio Vale do Itajaí e Oeste), móveis (planalto norte), cerâmicas (minerais não-metálicos - sul), vestuário e têxtil (Vale do Itajaí), processamento de alimentos (agroindustriais – Meio-Oeste e Oeste), tecnologia de informação (capital, vale do itajaí e norte), e o eletro metal-mecânico (norte).

² Fonte: IBGE. In: Jornal Diário Catarinense, p.4, 13.11.2005, Florianópolis.

³ Segundo Jornal Diário Catarinense, 05.11.2005, p.13, caderno de Economia.

Mas observando mais de perto a formação dos governos estaduais no período autoritário⁴, essa participação do empresariado industrial na esfera pública aumenta consideravelmente. Alguns setores souberam se fazer representar diretamente na máquina administrativa do Estado e tiveram um acesso privilegiado nas decisões de políticas para o setor.

Os casos mais flagrentes são o do setor têxtil das regiões do Vale do Itajaí e Norte, e o de alimentos-agroindústria no Oeste catarinense. Os empresários do setor têxtil - o mais tradicional do Estado - tiveram uma participação ativa na formação da FIESC e representavam as duas regiões mais industrializadas de Santa Catarina na época. Os industriais deste ramo eram em grande parte descendentes de alemães e faziam parte de um grupo estratégico maior já estruturado após a primeira guerra mundial. As empresas mantinham entre elas uma ligação muito forte desde o início da industrialização do Estado, seja através da concessão de favores como ajuda financeira e tecnológica e compromissos informais em relação a mão-de-obra, seja por ligações culturais e étnicas. Na década de 1940 esse grupo já estava consolidado no mercado nacional, mas sua presença direta no governo de SC também é vista numa fase mais recente (Giese, 1991)⁵.

O caso da agroindústria é ainda mais significativo. Dos cinco maiores grupos agroindustriais catarinenses, quatro estavam representados diretamente no legislativo e no executivo do Estado ao longo das décadas de 60 e 70, influenciando sobre os caminhos da política agro-industrial do Estado e promovendo uma forte concentração de capital nessa atividade: das vinte e cinco (vinte e cinco) empresas existentes no início dos anos 70, somente cinco (cinco) grandes empresas privadas do setor sobreviveram no decorrer da década de 80. Os agroindustriais *catarinenses* formaram um grupo estratégico relativamente recente, que também soube planejar e organizar suas ações a longo termo, ocupando espaços geográficos e políticos na procura constante de melhorar suas chances de apropriação (Giese, 1991, Meurer, 1995)⁶.

⁴ Governadores: Celso Ramos (1961-1966), Colombo Sales (1971-1974), Antônio Carlos Konder Reis (1975-1977), Jorge Bornhausen (1978-1982), Espiridião Amim Helou Filho (1983-1986).

⁵ A pesquisa de Giese também identificou a presença direta de empresários desse setor numa fase mais recente, como é o caso de Norberto Zadrozny, que ocupou o cargo de secretário do planejamento e da coordenação geral no governo de Jorge Bornhausen (1978-1982). Constatou ainda a existência de canais informais de acesso desse setor ao poder executivo já consolidados historicamente e a ocupação de um espaço constante na CODESC (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) através do seu Conselho Consultivo, órgão que dirigiu todo o aparelho financeiro do Estado a partir de 1975.

⁶ Segundo Giese, o setor agroindustrial teve presença e influência direta na política estadual através do empresário Atílio Francisco Xavier Fontana, fundador do grupo Sadia, líder nacional do setor. Em 1940, fundou o PSD e exerceu vários postos políticos. Foi conselheiro municipal, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador entre 1963-1971, e ocupou o posto de vice-governador de SC e de Secretário da Agricultura no período 1961-1962, no governo de Celso Ramos. Da mesma família, aparece a figura de Vitor Fontana, que exerceu o posto de Secretário da Agricultura entre 1975-79, e foi eleito deputado estadual pela Arena (Aliança Renovadora Nacional). Outro nome atuante no meio político é a família Brandalise, que fundou também no Oeste catarinense, o grupo Perdigão, igualmente líder nacional da agroindústria, mais tarde associado ao grupo Bonato. Ivan Bonato ocupou cargos públicos à nível municipal e estadual, e foi secretário da Fazenda do Estado de SC entre 1975-1979. A Perdigão também esteve representada indiretamente por Luiz Gabriel na Secretaria da Agricultura entre 1966-70.

Poderíamos citar ainda o empresário Plínio Arlindo de Nês, também empresário agroindustrial do Oeste, que fundou o grupo Chapecó, igualmente importante a nível nacional na época. Também foi deputado estadual, prefeito e secretário

A dinâmica das renovações e as estratégias de ação da fiesc : os processos eleitorais e as interações dos dirigentes patronais com os poderes públicos

De 1950 ao fim do período autoritário em 1985

Apesar de já existirem esses canais de representação entre o poder público e certos setores da indústria, foi efetivamente a FIESC que constituiu-se como o interlocutor mais eficaz do empresariado industrial junto ao poder público no Estado de Santa Catarina, mesmo porque muitas das empresas dos setores citados acima também participavam da Federação das Indústrias e continuam até hoje dentro do Sistema FIESC/CIESC. A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, pode ser considerada desde sua fundação, uma entidade chave na relação entre Estado e esfera privada em Santa Catarina. Desde cedo os seus dirigentes mantiveram uma colaboração muito estreita com as autoridades governamentais do Estado (Giese, 1991).

Já no final da década de 50 a entidade realizou um seminário sobre o planejamento econômico do Estado , com o objetivo de discutir os caminhos da política estadual. Sob o comando do primeiro presidente da entidade, Celso Ramos, co-fundador e presidente da FIESC durante seis mandatos consecutivos, o objetivo era identificar os pontos de blocagem da economia catarinense e elaborar um plano de desenvolvimento que pudesse promover uma forte industrialização no Estado com o apoio do setor público. Desse encontro, resultou um esboço do primeiro Plano Plurianual de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o qual se transformou no PLAMEG I (Primeiro Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina). Foi o próprio Celso Ramos que implementou o plano no início dos anos 60, quando foi eleito governador de Santa Catarina para o período 1961-1966.

É partir do PLAMEG I que foi criado o BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), posteriormente transformado no BESC (Banco do Estado de Santa Catarina). Em seguida, foi implementado o PLAMEG II que continuou a linha de ação do primeiro plano com a criação de um fundo de desenvolvimento denominado FUNDESC em 1963, originário de recursos do ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) para servir de fonte de recursos ao BDE. Esse fundo foi utilizado somente à partir de 1968 como um “regime de incentivos fiscais do ICM”, quando foi instaurado um Conselho Administrativo próprio. Esses planos foram amplamente apoiados pelo empresariado. Os planos plurianuais de desenvolvimento continuaram a ser apresentados à cada novo governo instalado em Santa Catarina.

do Oeste do Estado no governo de Colombo Salles (1971-75), e presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC até 1979.

Depois do governo do Estado, Celso Ramos volta a ocupar a presidência da Federação por mais um mandato em 1966.

Durante todo o período autoritário, a Federação foi um interlocutor muito importante entre o poder público e o empresariado *catarinense* na procura de soluções para as demandas da indústria. A tônica das intervenções do presidente da FIESC na década de 70, Bernardo Wolfgang Werner (presidente por 05 gestões consecutivas entre 1971-1986), giravam em torno da importância crescente da união entre governo e empresa privada em favor do desenvolvimento do país e do Estado.

Essa cumplicidade se confirmava com a participação de diretores do Sistema FIESC nos governos estaduais, seja enquanto Conselheiros ou na ocupação de cargos na Secretaria do Planejamento do Estado. Segundo um dos seus mais antigos colaboradores, Alcides Abreu diretor regional do SENAI, órgão do Sistema FIESC, não havia apenas uma boa relação entre o Estado e as empresas privadas, mas os objetivos do Estado e do setor privado se misturavam num só. Alcides Abreu participou de vários governos do Estado de SC na década de 60 e 70 (Giese, 1991).

E portanto, havia uma preocupação das entidades representativas do empresariado, dos próprios empresários e dos meios de comunicação em Santa Catarina, em passar para a opinião pública a idéia da necessidade de uma separação bem definida entre o « ser político » e o « ser empresário », cabendo à cada setor tarefas bastante distintas : aos políticos e dirigentes partidários a administração do Executivo e o Legislativo, aos empresários as atividades na esfera privada.

Todavia, baseado no que já foi exposto, fica bastante claro que a idéia de não intervenção política do empresariado *catarinense* não se sustenta. Os tradicionais líderes políticos *catarinenses* foram homens de negócios ou viveram em famílias onde ser comerciante, industrial ou um grande proprietário de terra era a atividade principal.

Já para as eleições estaduais de 1982, quando o regime militar ainda não havia terminado, identificou-se uma ampla articulação do empresariado *catarinense* para a candidatura de Esperidião Amin pela Arena, para o governo do Estado. Eleito, Amin recompensou vários setores industriais com cargos no seu governo (1983-86): Vitor Fontana (grupo Sadia, agroindústria Concórdia) foi vice-governador; Arno Batschauer (grupo Hansen-plástico Joinville) foi Secretário da Fazenda; Nelson Madalena (grupo Perdigão-agroindústria Chapecó) foi Secretário da Fazenda em substituição; Paulo Gouveia da Costa (grupo Artex-textil Blumenau) foi Secretário da Administração e Antônio Carlos Konder Reis (grupo Weg-mecânica Jaraguá do Sul), ex-governador de SC no período 1975-79, foi Secretário da Reconstrução (Aguiar, 1991). Todos originários de grandes empresas *catarinenses* e direta ou indiretamente foram representados na FIESC durante vários mandatos até recentemente .

A cisão na FIESC em 1986

Esta visão da necessidade de esconder publicamente qualquer envolvimento com a esfera pública, e de pregar a distância entre as atividades do setor privado catarinense e as atividades políticas começou a ser colocada em questão à partir de 1986, ano das primeiras eleições após o fim da ditadura militar em 1985, quando o assunto foi amplamente debatido e certas frações empresariais começaram a interessar-se pelos cargos do Executivo municipal e estadual⁷. O objetivo era apresentar o empresário como personagem novo na política, criativo, competente e longe dos vícios dos políticos tradicionais. Ao mesmo tempo, enquanto tradicionalmente conservador, o empresariado *catarinense* se sentiu também abandonado com o fim do regime militar e o restabelecimento do governo civil, diante do fortalecimento do movimento trabalhista (Meurer, 1995).

O interesse dos empresários *catarinenses* pela apresentação de candidatos patronais a cargos eletivos, teria sido impulsionada também pelo favoritismo do PMDB às eleições de 1986, principalmente pelo governo do Estado. Mesmo uma candidatura conservadora como a de Pedro Ivo Campos (Meurer 1995)⁸, representava na verdade o desconhecido, e se tornava real na medida em que uma parte do empresariado se mostrava simpático à ela. O empresariado catarinense estava aflito e precisava de um candidato confiante após a dominação absoluta da Arena (Aliança Renovadora Nacional) no governo do Estado de Santa Catarina durante o período autoritário.

Análises indicaram que esse interesse do empresariado *catarinense* pelos cargos eletivos no contexto de transição política da metade da década de 80, quando percebe-se uma divisão do empresariado quanto ao melhor partido para representá-los, além de mudanças nas suas opiniões sobre a economia e a política, não foram somente o resultado de interesses individuais, mas foram também a consequência de transformações por que passavam certas frações do empresariado *catarinense* na época (Meurer, 1995). A novidade no comportamento político do empresariado na

⁷ Segundo Meurer, na época, a mídia se mostrava surpresa quando alguns líderes patronais apareceram como candidatos virtuais às eleições e começaram a se preocupar com a atividade política. Em várias reuniões e jantares em homenagem ao novo Ministro da Educação do governo Sarney, Jorge Bornhausen, ex-governador do Estado de Santa Catarina, discutiu-se a possibilidade de um nome de consenso e « supra partidário » para concorrer as eleições a governador do Estado e que pudesse ser apoiado pelos diversos partidos, até mesmo pela ala conservadora do PMDB. Entre esses nomes, vários empresários foram citados e todos já haviam ocupado uma atividade política, seja enquanto participantes de diretorias de partidos políticos, seja exercendo cargos eletivos ou cargos de confiança de governadores ou prefeitos. Os principais nomes sugeridos foram de Realdo Guglielmi do PMDB (setor de mineralização), de Cesar Bastos Gomes do PDS, de Ingo Zadrozny do PDS (cerâmica), de Plínio de Nez do PFL (agroindústria) e de Walter Koerich do PDS (comércio).

⁸ A preocupação estava na dúvida do controle real que Pedro Ivo teria sobre o seu partido, com o qual o empresariado conservador já havia tido problemas. Empresários como Plínio de Nez Filho de Chapecó, ex-filiado do PMDB, teria

época, foi o reconhecimento de alguns líderes de organizações representativas extra corporativas como a FACISC (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) e a FAMPESC (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina), da necessidade de representação de candidatos patronais a cargos eletivos para a Constituinte de 87-88 e para a Assembléia Legislativa do Estado.

Mesmo procurando mostrar uma aparente neutralidade frente a luta político-partidária, essas transformações no cenário estadual acabaram afetando também a FIESC, resultando na primeira cisão patronal desde sua fundação em 1950. Numa campanha inédita foram apresentadas duas chapas eleitorais para a eleição de sua nova diretoria em 1986, a primeira depois do retorno da democracia ao Brasil. Todo esse contexto de mudança e a possibilidade real da organização política de outros setores da sociedade civil com a volta da liberdade política, refletiu diretamente sobre o papel que a entidade deveria desempenhar no contexto estadual enquanto representante máxima dos interesses do conjunto dos empresários industriais.

Porém, ao contrário do movimento de conscientização do momento político brasileiro que se estabeleceu no interior de outras Federações de Indústrias do país, como na direção da FIERGS e na FIESP já no início dos anos 80, no caso de Santa Catarina esse movimento organizou-se de fora para dentro. O grupo de empresários que dirigiu o movimento pela renovação da FIESC estava distante da direção da entidade⁹, representados principalmente pela região norte do Estado e coordenada pela cidade de Joinville, além de alguns industriais do sul e de alguns dirigentes menos importantes que faziam parte do quadro dirigente da Federação.

Essa manifestação culminou em fevereiro de 1986, com o lançamento público do manifesto elaborado pelo grupo em agosto de 1985, que continha os pensamentos e as novas linhas diretrizes a serem seguidas pela entidade à partir daquele momento.

Com o slogan “O Brasil mudou, a FIESC deve mudar também”, esse manifesto exigia uma nova atitude dos industriais que dirigiam o Sistema FIESC/CIESC/SENAI e SESI, e se apoiava sobre quatro pontos básicos¹⁰ :

a) a representação efetiva da entidade através dos seus sindicatos filiados. Os industriais criticavam o aspecto antidemocrático das eleições da Federação, exigindo uma nova atitude industrial frente a um processo tão importante, considerando a baixa taxa de renovação do presidente e do conjunto dos dirigentes presentes na direção da entidade. De fato, desde a sua fundação em 1950 até o

confirmado a dificuldade de articulação e a dominação dos « progressistas » com tendências comunistas dentro do partido.

⁹ Alguns desses empresários já haviam participado de gestões anteriores da FIESC. O caso mais interessante é o do industrial Osvaldo Moreira Douat (mecânica/têxtil-Joinville), que viria a ser eleito presidente da FIESC somente em 1992. Ele havia participado de dois mandatos na Federação entre 1974 e 1980, como segundo vice-presidente de Wolfgang Werner. Depois de 1980, não participou mais das eleições da entidade, o que atesta seu distanciamento nesse período, certamente vencido pela impossibilidade de chegar a ocupar a presidência da entidade, que era seu objetivo.

¹⁰ Publicação do Jornal A Notícia, "Empresários se reúnem para debater eleição", 25.02.86, p. 07, Joinville.

mandato do período 1983-86, a Federação havia tido somente quatro (04) presidentes na direção¹¹, todos originários de Florianópolis e do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque). Para o grupo do Norte, a importância da estrutura industrial da região não correspondia com a distribuição de poder no interior da FIESC.

b) a distribuição correta dos recursos aos sindicatos sem favoritismo pessoal, ou seja, a região da qual o presidente da entidade representava;

c) a prestação aos sindicatos patronais de assistência jurídica nas negociações trabalhistas e na discussão de acordos coletivos, assim como no domínio de informações e na prática de lobby que deveria ser implementada junto aos tribunais regionais e às instâncias superiores da Justiça do Trabalho; e por fim,

d) a necessidade de fortalecer sua representação no campo político também junto ao governo e legislativo federal. A Federação deveria se colocar a altura da importância econômica do Estado que representava para que realmente fosse levada a sério pelas autoridades federais.

A declaração do industrial Ronald Caputo resumia bem esse sentimento na época: "Temos a pretensão que a FIESC, dentro de um contexto de renovação constante de nomes e de idéias, venha a representar efetivamente a organização no campo político, seja junto ao governo federal, seja no Senado ou bem na Câmara dos Deputados, para defender as teses da livre iniciativa, da nossa indústria e da nossa capacidade de gerar empregos e riquezas"¹².

Constatamos assim dentro do movimento pela renovação uma posição claramente favorável a ocupação de um espaço político a nível nacional que era de direito e de competência da FIESC, mas que na época não era visto como um engajamento legítimo ou importante pelos dirigentes industriais que estavam na presidência da entidade desde o início da década de 70. Efetivamente, o período militar acabou tranquilizando os empresários catarinenses por eventuais reviravoltas políticas mais à esquerda, assim como garantiu que suas demandas fossem prontamente atendidas pelo aparato estatal, o que levou a entidade a uma gestão mais assistencialista e menos engajada na ação política.

Como a própria oposição não se cansava de denunciar¹³, a FIESC teria se tornado por um lado, uma entidade puramente assistencial e de outro, um oligopólio no Estado de SC, uma empresa privada proprietária da maior rede de supermercados e de farmácias do Estado. O próprio modelo *catarinense* de desenvolvimento, baseado no "respeito as micro, pequenas e médias empresas",

¹¹ Esses dirigentes foram Celso Ramos, eleito presidente para os mandatos 1950/52, 1952/54, 1954/56, 1956/58, 1958/60, 1960/62 et 1966/68 e ex-governador de SC, Guilherme Renaux para os mandatos 1962/64 et 1964/66, Carlos Cid Renaux para o mandato 1968/71 e Bernardo Wolfgang Werner para as gestões 1971/74, 1974/77, 1977/80, 1980/83 et 1983/86, industrial da cidade de Blumenau, proprietário de uma grande empresa de metalurgia e representante do setor dinâmico.

¹² Cf. Journal A Notícia, op. cit. p. 7.

¹³ Jornal "de Santa Catarina", Becker: modelo catarinense corre risco", 12.06.86, p. 04, Blumenau.

corria riscos porque a Federação não defendia nem representava os interesses dos industriais. A função do SESI (Serviço Social da Indústria), órgão do sistema FIESC/CIESC, que deveria se concentrar na oferta de apoio aos empregados da indústria acabou se concentrando na esfera privada, concorrendo com os comerciantes de varejo e de pequenos comerciantes. A ação paternalista da Federação não estava em sintonia com os fundamentos da livre iniciativa, nem com a situação econômica e política da época onde o imperativo “anti-estatização” deveria ser seguido à risca pelo empresariado, alertava o grupo renovador.

Finalmente, para o grupo dos industriais do Norte, a única solução seria a renovação dos quadros dirigentes da FIESC, que reforçariam a representatividade política da classe e levariam a entidade a uma participação efetiva ao nível nacional, comparável àquela desempenhada pela FIESP e pela FIERGS, que também haviam passado por movimentos renovadores no início dos anos 80. O momento político nacional estaria, conforme entendia um empresário¹⁴, os "forçando a um engajamento político superior. Esse engajamento é bom e o empresário deve participar inteiramente da vida nacional". “Não somente porque a Federação representa o pensamento da classe produtiva, mas também porque nós temos condições de participar na formulação de uma política industrial, seja através de críticas ou dando sugestões aos próprios políticos, numa ação mais voltada para a defesa dos interesses do Estado”.

O que fica então, evidente para uma parcela do empresariado industrial catarinense à partir de 1986 é, antes de tudo, a urgência da defesa do seu próprio Estado e do seu direito à participação de formulação de políticas relativas ao setor.

Para tapar essa lacuna, o grupo opositor lançou Otair Becker como candidato a presidência da chapa, um industrial diretamente engajado na vida política: foi prefeito, senador durante o regime autoritário e deputado estadual pelo PDS (Partido Democrático Social) em 1984, mas nunca havia participado da direção da FIESC antes de se lançar na oposição em 1986.

A diretoria da FIESC na época, procurou, ao contrário assumir uma posição de aparente neutralidade, tentando amenizar o risco de uma possível demonstração pública da relação direta entre negócios e política. Lançou sua própria chapa chamada “Integração” enfatizando a necessidade de união no meio industrial, mas sem admitir a negociação da presidência da entidade com o grupo opositor. Era apoiada pela direção da FIESC e pelo presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), na época Albano Franco e, principalmente, apresentou-se como apolítica, enfatizando a necessidade de não misturar os negócios com a arena política. Acabou vencendo o

¹⁴ Segundo o líder da oposição, « a FIESC se tornou uma organização ausente e sua direção atual não estaria mais à altura da complexidade do desenvolvimento industrial do nosso Estado. Cf. Jornal "A Notícia", Estado precisa se impor, diz Pieske", 11.06.86, p. 5, Joinville. Entrevista com Adolar Pieske, diretor-superintendente da Indústria e Fundação Tupy, setor Metalúrgico.

pleito, excluindo por mais um mandato os membros da chapa de oposição "Renovação" da direção da entidade.

A dinâmica de renovação pode ser considerada um fator importante para um engajamento mais efetivo ou não das entidades empresariais na época sobre a questão do debate em torno da transição política brasileira, como é o caso da importante ação política da FIERGS por exemplo, que passou todo o período 1970-85, renovando constantemente o primeiro escalão da entidade, que trouxeram posições novas e diferentes sobre a política e a prática da representação das entidades.

No caso da FIESC, entre outras razões, a questão da importância da indústria regional também foi um fator determinante para a divisão dos empresários. A importância da estrutura industrial da região não correspondia com a distribuição de poder no interior da FIESC, e o Norte/Nordeste (polo: Joinville) nunca havia ocupado a presidência da entidade. Essa região e a do Vale do Itajaí (polo: Blumenau), disputavam entre si não só o título de região número um de SC, mas também a direção da entidade de representação mais importante do Estado. A exceção é a região administrativa do Estado que tem em Florianópolis o polo político mais importante, e que historicamente junta esforços com o Vale do Itajaí em torno da direção da entidade.

Evidentemente, a ausência da representação da estrutura industrial do Norte no primeiro escalão da Federação, região que concentra também líderes regionais importantes, gerou uma distorção na representação associativa que fez brotar no interior e fora da entidade divergências no próprio corpo empresarial. Isto fica claro quando observamos que esse movimento era dirigido por líderes que representavam grandes empresas do Estado, como Udo Döhler, Ronald Caputo, Osvaldo Moreira Douat, Eggon João da Silva e Edson Gaidzinski. Aliás a chapa « Renovação » representava principalmente os interesses de empresários e de dirigentes de grandes empresas e grupos industriais líderes do Estado de SC, como a Embraco, Grupo Hansen, Cecrisa, Grupo Tupy, Eliane, Döhler S/A, Oxford, Renaux, Douat e Grupo Weg, enquanto que o grupo da « situação » tinha apenas duas grandes empresas, Artex e Eletro Aço Altona de Blumenau.

Isso nos permite concluir que o dinamismo industrial regional se traduziu diretamente ao nível da representação de interesses na Federação das Indústrias. A FIESC é a organização de ponta do empresariado industrial, a mais influente junto à sociedade civil e as instâncias públicas, e principalmente tem poder em controlar recursos importantes à disposição do desenvolvimento industrial do Estado.

Segundo as declarações de um importante diretor da FIESC¹⁵, o Estado de Santa Catarina era dominado por um corporativismo muito forte no meio empresarial, acompanhado por um regionalismo que se refletia negativamente sobre a estrutura de representação de interesses da classe. Essa prática dividia os grupos e as regiões industriais os forçando a compor frentes

¹⁵ Entrevista concedida pelo Diretor Financeiro da FIESC em janeiro de 1999.

opositoras que desestabilizava o poder conjunto da classe na sociedade, sendo que o objetivo deveria justamente ser a união para melhor agir em defesa dos interesses do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina frente as crises.

Essa cisão regional do poder empresarial tornou-se ainda mais evidente, quando observamos o comportamento dos jornais locais na época: enquanto o Jornal “A Notícia” de Joinville, dava seu apoio incondicional à chapa “Renovação”, o “Jornal de Santa Catarina” de Blumenau e o Jornal “O Estado” de Florianópolis, representavam o grupo no poder na FIESC.

A divisão mostrou que o poder regional representado numa organização patronal da estrutura corporativa oficial se tornou crucial nessa época de grandes mudanças políticas no Brasil. Num momento em que se poderia até esperar por um certo enfraquecimento de organizações corporativas frente ao retorno da democracia e a possibilidade real de mudanças institucionais no país, a FIESC se tornou o centro de uma disputa patronal sem precedentes no meio empresarial catarinense, e desde esse evento ela continua sendo a instituição de representação de interesses mais importante da classe empresarial *catarinense*.

Em comparação à Federação *gaúcha* por exemplo, a FIESC estava realmente longe de um engajamento político importante nos debates da transição política. A falta de renovação na cúpula da entidade e a grande interação mantida entre as instâncias públicas e o empresariado no Estado de Santa Catarina que já demonstramos anteriormente, através da presença direta de certos setores na máquina estatal, teria neutralizado e enfraquecido o poder de ação e de conjugação de esforços através da Federação. De fato, tudo se passa como se a participação direta garantida ao empresariado *catarinense* na esfera pública tivesse substituído a ação política que deveria ser de competência da entidade. É a partir da ação desenvolvimentista do Estado que os empresários esperavam ser sempre atendidos nas suas demandas, afastando a FIESC da sua tarefa de ser o “porte-parole” do conjunto dos interesses da indústria do Estado. Ela não construiu uma estrutura de representação independente e de liderança, dotada de legitimidade, de capacidade de negociação e de uma ação política livre.

O período 1986-1992

A gestão 1986-1889, foi praticamente uma continuação da direção anterior, apesar de uma taxa relativamente elevada de renovação de nomes (57%) no conjunto dos dirigentes da diretoria para esse período, mas o novo presidente eleito não era realmente um novo nome. O empresário Milton Fett, pequeno empresário da região de Florianópolis, já figurava em 1954 como suplente na direção da entidade e em 1986 exerceria seu oitavo mandato como membro efetivo, dos quais quatro (04) como primeiro vice-presidente de Wolfgang Werner. Não poderíamos então concluir

por uma renovação efetiva no primeiro escalão da FIESC, pelo contrário, há uma repetição de representantes industriais das mesmas cidades e empresas na presidência e na vice-presidência: Florianópolis e Blumenau, com o respaldo do mesmo grupo de empresários que deteve o poder durante anos na FIESC.

Mas a relação com o governo do Estado muda radicalmente neste momento. O primeiro período democrático pós-ditadura coincide com a eleição do primeiro governo de oposição (PMDB) em Santa Catarina depois de 21 anos de regime autoritário no Brasil. A incerteza quanto ao atendimento das demandas do empresariado catarinense pelo Estado tinha fundamento. Há uma clara disposição do governo de Pedro Ivo Campos em dificultar a participação da FIESC na decisão de políticas a serem implementadas para o desenvolvimento do Estado. A formulação e implementação do PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) é um bom exemplo disso.

É nessa ocasião que a FIESC sente a necessidade de aproximar-se do Legislativo para conquistar aliados que levem suas demandas ao governo do Estado. Em uma reunião com os deputados estaduais (Gaidzinski e Mastella) a entidade discutiu o principal projeto do governo de Pedro Ivo para o setor, o PRODEC, em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado em 1988. Os empresários queriam uma participação mais importante para a iniciativa privada do que aquela prevista no projeto para o Conselho Deliberativo do PRODEC, dando mais poderes a FIESC e a FACISC (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) para indicar os Conselheiros do programa. Segundo as entidades, o projeto de lei do governo previa uma participação muito fraca do empresariado catarinense. A iniciativa não teve sucesso.

Por outro lado, se há um distanciamento da FIESC das instancias públicas neste período, com a não participação direta da Federação na Secretaria da Indústria e do Comércio do governo do PMDB, a entidade também não cortou totalmente os laços com o Executivo Estadual. As ligações dos dirigentes da FIESC com o PMDB eram raras durante o período 1986-1989, mas um dos seus diretores, o industrial Cid Caesar de Almeida Pedroso, estava presente na equipe governamental enquanto secretário da Segurança Pública em 1988 e como Secretário da Justiça entre 1987-1990. Da mesma forma, o industrial José Henrique Carneiro de Loyola, que assumiu a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Comunitário do governo Pedro Ivo (1987/1991), foi diretor da FIESC no mandato 1992/1995 quando Osvaldo Moreira Douat assumiu a FIESC. A entidade também se empenhou em manter bom trânsito com autoridades catarinenses que participavam na época no governo federal. Era comum homenagens à ministros do PMDB, como Luiz Henrique da Silveira, ministro da Ciência e Tecnologia do governo de José Sarney (1985/1989)¹⁶. Há de fato

¹⁶ Segundo o Relatório Mensal da FIESC/1987.

uma aproximação dos dirigentes da entidade com os partidos políticos, principalmente com a filiação direta de alguns empresários.

Apesar dos opositores avaliarem positivamente as duas gestões de Fett (1986-1992) junto aos organismos governamentais e outras instituições públicas em favor dos interesses industriais, não poderíamos concluir por uma ação efetivamente engajada politicamente nas discussões de temas nacionais importantes do período, como a Constituinte, a eleição presidencial de 1989 e o impeachment de Collor, nem de uma ação política mais efetiva e conjunta com o empresariado nacional do setor.

De qualquer forma, o movimento de renovação pela mudança e a primeira disputa no interior da FIESC em 1986, demarcaram uma nova fase nas relações intra-patronais no Estado. Apesar da vitória do grupo da “situação” com apenas um voto de diferença, a divisão obrigou o novo presidente da entidade a compor alianças com as partes descontentes com a direção da FIESC para as eleições da gestão seguinte.

Apesar de Milton Fett ter sido reeleito para mais um mandato através de uma chapa de consenso em 1989, a eleição trouxe de volta à Federação, enquanto vice-presidente, Osvaldo Moreira Douat, um dos principais organizadores do grupo de oposição de 86. O episódio da oposição na FIESC acabou sendo “esquecido” também por Otair Becker, quando declarou em 1987 que os catarinenses tinham a capacidade de superar as divergências em favor do “bem comum”. Segundo ele, a oposição fazia parte do passado e o que deveria prevalecer à partir daquele episódio, “era a unidade e o entendimento em favor do estado de Santa Catarina, da classe empresarial e dos trabalhadores”¹⁷.

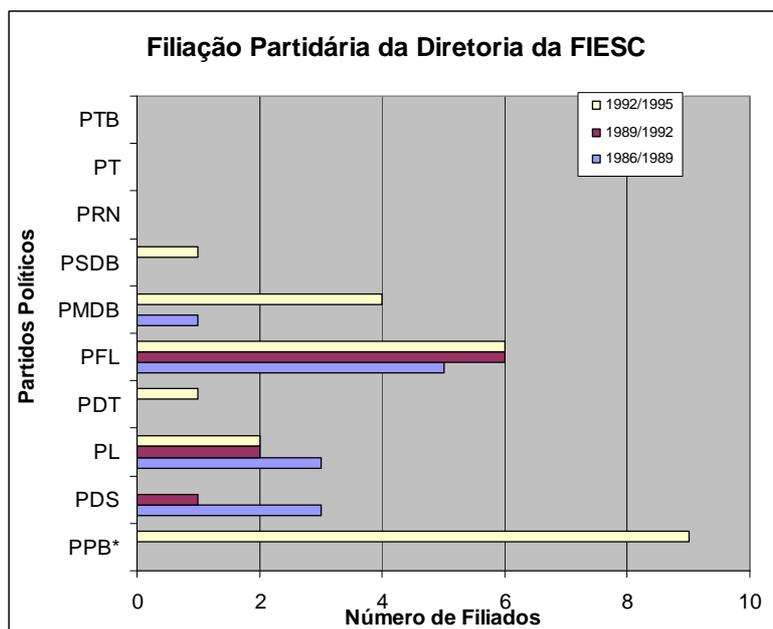
A FIESC e as articulações com o PFL

É a presença de Osvaldo Moreira Douat, primeiro empresário de Joinville eleito presidente da FIESC (1992-1995), que vai criar um espaço de sustentação à um engajamento mais político da entidade, não só dentro do Estado mas a nível nacional, assim como a filiação de seus dirigentes a partidos políticos. Douat era ligado ao PFL (Partido da Frente Liberal), e na época, ocupava o cargo de assessor profissional do senador Vilson Kleinubing, eleito governador pelo PFL e por uma ampla coalisão partidária de direita em 1990.

O período 1992-1995 será conhecido como a era do PFL na FIESC. Observando o currículo político dos dirigentes da Federação das três gestões entre 1986 e 1995 no gráfico a seguir, constatamos que o PFL manteve no período 1986-1995, uma presença constante e importante no meio patronal da FIESC, em comparação com o PDS e os outros partidos. Por outro lado, podemos

¹⁷ Segundo o Relatório das Atividades da FIESC/1987.

constatar que ao fim do mandato 1992-1995, o PPB (atual PP) passa o PFL no interior da Federação. Há também um reforço dos partidos de centro como o PMDB por exemplo.



Fonte: Dados do TRE/SC (Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina) em 27-11-97 (Filiação partidária em 1992 e 1994). O número de dirigentes que participaram nas diretorias da FIESC durante os mandatos 1986-89, 1989-92 e 1992-95 eram respectivamente : 26, 32 e 52 com os suplentes, e 14, 18 e 47 contando apenas os efetivos.

* O PPB corresponde hoje a sigla PP (Partido Progressista).

As articulações dos dirigentes da FIESC com o Executivo estadual também tornaram-se mais explícitas, justamente com o retorno da direita ao topo do Executivo estadual.

Durante todo o governo de Kleinubing (1990-1994) a FIESC assumiu indiretamente a direção da Secretaria de Indústria e Comércio de Santa Catarina. As relações da FIESC com os poderes públicos se fortaleceram com a ocupação de cargos por parte de dirigentes da entidade na administração estadual, como o de Fernando Marcondes de Mattos, Conselheiro Deliberativo e cargo administrativo da FIESC 1989/1998, que foi Secretário da Planificação e da Fazenda do governo Vilson Pedro Kleinubing do PFL (1991/1995); Adolar Pieske, presente na lista de oposição a FIESC em 1986 e integrante da Direção adjunta da entidade no mandato 1989-1992 e do Conselho Deliberativo da FIESC nos mandatos 1992-95 e 1995-98, que foi presidente do BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) durante o governo de Vilson Kleinubing (1991/1995), todos próximos do grupo do presidente da FIESC Osvaldo Moreira Douat (1992-1999)¹⁸.

¹⁸ Conforme dados recolhidos junto a fontes diversas: Jornais, organograma do governo do Estado.

Do total de 52 (cinquenta e dois) dirigentes que compunham a diretoria da Federação no período 1992-95, 23 (vinte e três) dirigentes da Federação estariam filiados à um partido político, principalmente ao PPB, recentemente formado na época, e ao PFL.

Evidentemente, a direção da FIESC continuou desmentindo suas relações com os partidos políticos. O discurso seguia religiosamente as mesmas declarações: “A FIESC não tem ligação com os partidos políticos e ela nunca foi dominada por uma sigla partidária”. “Isso é um mito”, declarava o vice-presidente da entidade em 1998, José Fernando Xavier Faraco¹⁹. Esta posição é muito contraditória, pois o mesmo dirigente teria mesmo declarado numa entrevista concedida em 1993²⁰, que não era bom lutar contra o governo, mas antes era necessário que os empresários ocupassem o espaço nas instâncias decisórias. Nesse caso, as ligações da entidade com o Poder Executivo não pareciam ser proibidas para os integrantes da Federação. Essa também era a posição do diretor financeiro²¹ da FIESC que declarou em 1999 que a FIESC sempre ofereceu seu apoio à todos os governos do Estado, sem levar em consideração a “sigla partidária no poder”.

As gestões de Douat²² (1992/95-1995-99) imprimiriam uma outra dinâmica política e administrativa à Federação, criando uma nova estrutura para a FIESC. A imprensa na época, mostrava que a FIESC tinha ganhado notoriedade política crescente com o novo presidente, além de uma nova imagem externa. Falava-se do reforço do Sistema FIESC e da “unidade política” realizada entre as classes empresariais de Santa Catarina, sob o comando desse industrial do norte do Estado, portador de uma visão moderna, liberal e futurista da economia²³. Muito rapidamente, Douat foi reconhecido como um novo “líder” de Santa Catarina e mesmo, da classe empresarial nacional. Com efeito, suas ambições pessoais foram prontamente conhecidas.

Como conseqüência de suas ligações com Kleinubing, Douat afiliou-se ao PFL em 1992. À partir deste momento tentou consolidar seu nome como um possível candidato ao Senado Federal para as eleições de 1994. Porém na época, a aliança entre o PFL e os partidos em coalizão como o PPB havia escolhido Jorge Bornhausen, ex-governador de SC e ex-ministro para este cargo. O presidente da FIESC tentou então um lugar de suplente ao Senado, mas acabou concentrando seus esforços na representação empresarial. Muito interessado pela presidência da CNI (Confederação

¹⁹ Cf. Declaração de José Fernando Xavier Faraco, 1o.vice-presidente da Fiesc durante o período 1995-99. Jornal "O Estado", 28/09/1998, Florianópolis.

²⁰ Cf. Journal "A Notícia", 21.10.93, Joinville.

²¹ Entrevista concedida em janeiro de 1999.

²² O mandato 1992-95 foi sem dúvida o mais renovador de toda a história da Federação, quando mais de 70% dos dirigentes efetivos foram substituídos, incluindo a presidência e a vice-presidência. Deste então a renovação vem caindo para chegar a menos de 20% no primeiro escalão (22 no total) do mandato 2002/2005.

²³ Douat foi eleito líder empresarial da região sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com o segundo maior escore no Fórum Anual da Gazeta Mercantil, na época ultrapassado somente pelo presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli. Considerando a eleição de líderes setoriais e regionais, o Estado de Santa Catarina ocupava o primeiro lugar no número de empresários que estavam sendo votados. Figuram nesta lista os empresários João da Silva (WEG), Carlos Roberto Hansen (Groupe Hansen), Ivo Hering (Cia. Hering), Udo Döhler (Döhler S/A), Otair Becker (Oxford) et

Nacional da Indústria), Douat fortaleceu desde 1992 o espaço que ele havia conquistado dentro da Confederação²⁴, ocupando o cargo de vice-presidente e presidente de seu Conselho Temático de Integração Internacional até recentemente. Foi eleito presidente do Conselho Industrial do Mercosul na Argentina em 1994²⁵ e atualmente é coordenador da Coalizão Empresarial Brasileira, diretor e presidente do Conselho de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI)²⁶.

A questão central no primeiro mandato de Douat, é a discussão em torno da necessidade da retomada do crescimento da economia catarinense depois da crise dos anos 80. Em 1992, criou o Conselho Político Industrial da entidade, formado por 28 dirigentes empresariais que comandavam as maiores empresas de Santa Catarina, além do Governador do Estado e ex-governadores de SC. Nesse conselho participou Luiz Fernando Furlan, atual Ministro do Desenvolvimento de Lula, na época presidente da Sadia Concórdia.

Nesse mesmo ano, também foi lançado o Projeto Estratégico de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina, realizado pela FIESC conjuntamente com a Secretaria Estadual da “Fazenda” do governo Kleinubing, dirigido por um integrante do Sistema, Fernando Marcondes de Mattos. Aliás, o próprio governador havia declarado numa das reuniões do Conselho de Política Industrial²⁷ da Federação, a confirmação de sua decisão de delegar a FIESC todo o poder de definição da política industrial de SC. Por sua vez, a FIESC colocaria a disposição do governo, sua estrutura para a realização de seminários, debates, convenções, reuniões, para definições de estratégias e planos de ação em relação ao desenvolvimento do Estado. Essa parceria continuou até o fim do governo do PFL em 1994.

Esta disposição fica bastante clara numa outra iniciativa da entidade, com o « *Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial – Uma Política Industrial para o Estado de Santa Catarina* » elaborado pela FIESC em julho/1994. Por política industrial a Federação entendia « a constituição de mecanismos de colaboração entre o setor privado e o governo, com vistas ao encaminhamento de ações destinadas à realização do potencial competitivo da indústria catarinense. Desde agosto de 1992 tal colaboração vem sendo exercitada, através de uma estreita articulação do

Luiz Fernando Furlan (Sadia). Alguns participaram na lista de oposição na FIESC em 1986 e a maior parte eram originários da região norte do Estado.

²⁴ Na CNI Douat propôs um novo modelo para a entidade chamado « Projeto Nova CNI – 3 Milênio », assim como seus planos para a Confederação caso chegasse a ser eleito seu presidente.

Cf. Jornal "O Estado", 27.09.1994, Florianópolis.

Douat fez igualmente parte de uma lista de dez nomes indicados pelo presidente em exercício da CNI, Mário Amato, para ocupar um cargo no Ministério da Indústria e do Comércio do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Cf. Jornal Diário Catarinense, 16.12.1994, Joinville.

O presidente da FIESC também foi convidado para a cerimônia de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso à Brasília. Cf. Jornal A Notícia", 27.12.1994, Joinville.

²⁵ Cf. Jornal "Gazeta Mercantil", 15.10.94, São Paulo.

²⁶ Cf. Jornal Diário Catarinense, de 13.11.2005, caderno de economia, p.22, Florianópolis, e Jornal Folha de São Paulo,

“ Governo passa a discutir com empresários novas tarifas para apresentar a OMC”, em 04.10.2005.

²⁷ Cf. Jornal de Santa Catarina, 10.06.93, Blumenau/SC.

setor privado, representado pela FIESC, com o governo. Trata-se agora, de consolidar o modelo, com a implementação de medidas voltadas para o desenvolvimento industrial do Estado²⁸».

Enfim, a estrutura total do sistema FIESC se deslocou para essa nova disposição determinada pela abertura econômica do Brasil no início dos anos 90. A palavra de ordem das organizações empresariais girava em torno da necessidade da retomada do desenvolvimento sustentado através da qualidade e da competitividade total dos produtos da indústria e da reestruturação completa do setor face ao desafio do aumento das exportações.

Podemos concluir que essa simbiose entre a FIESC e os poderes públicos, continuou portanto a existir e se fortaleceu depois do retorno da democracia ao país. Ela também pode ser medida quantitativamente através dos contatos que a Federação teve com autoridades governamentais e o poder legislativo federal, estadual e municipal durante o período 1986-1994²⁹. Nós catalogamos 101 destas situações, entre outras: reuniões, encontros políticos, discursos, eleições, reivindicações diversas, cerimônias diversas, audiências, reuniões-almoço, jantares, debates, seminários, fóruns, feiras, lançamentos de projetos industriais, demandas, etc. A formação de comissões no interior da Federação não era rara, com o objetivo de contatar os órgãos da administração federal. Segundo as informações obtidas junto ao Sistema FIESC, essa prática era uma das mais utilizadas pelos dirigentes empresariais. Da mesma forma, houve uma ação mais direcionada da entidade com o movimento dos empresários industriais a nível nacional.

A intensidade desses contatos aumentou principalmente a partir dos anos 90 e implicou, na grande maioria, o governador do Estado de Santa Catarina, as secretarias da Fazenda do Estado, ministros de Estado, o senador catarinense Jorge Bornhausen, ex-ministro da Educação entre 1986/87, ex-Conselheiro da República em 1990 e ministro chefe da casa civil do governo federal em 1992. Esse número de contatos cai consideravelmente quanto aos contatos da FIESC com o Legislativo, como os deputados estaduais e federais por exemplo, com exceção para os senadores que eram muito solicitados.

Isto não significa uma falta de interesse pelo Legislativo, o contato direto com os legisladores federais também se tornou uma estratégia importante da Federação como comprova a inauguração do escritório da FIESC à Brasília em 1993, com o objetivo específico de desempenhar as funções de lobby, com o acompanhamento da votação de projetos de interesse do setor industrial e a regulamentação de novas leis pelo Congresso Nacional, assim como influenciar nas discussões do Executivo Federal.

Essas ações indicam, que num primeiro momento à partir de 1986, o principal objetivo da Federação era reforçar sua influência sobre as instâncias decisórias dos governos e assim, de

²⁸ Segundo documento interno do gabinete da presidência da FIESC, julho/1994.

²⁹ Conforme Relatórios Mensais da FIESC, jornais locais, regionais e nacionais.

garantir a defesa de seus interesses mais imediatos³⁰. Esta disposição também vai ao encontro de análises de Diniz e Boschi, que haviam identificado uma demanda ainda mais importante do empresariado brasileiro por uma participação mais direta da classe nas decisões governamentais à partir da Nova República. No caso da Federação catarinense há uma identificação/ligação partidária direta entre os dirigentes da FIESC e os partidos de direita e, principalmente com o Executivo do Estado.

A Fiesc e a era PP

O panorama político da FIESC mudou em 1995, quando Douat rompeu seus laços com o PFL. No mesmo ano, afiliou-se ao PPB (Partido Progressista Brasileiro), atual PP, assim como nove (9) membros da direção da FIESC do mandato 1992-1995³¹. Nesse segundo mandato (1995-1999) de Douat, a FIESC e o PPB aproximaram-se e costuraram laços que haviam sido interrompidos na ocasião da ligação de Douat ao PFL através de sua aliança com o governador Vilson Kleinubing.

Durante esse período, a presença do PPB dentro da Federação é também reforçada com o segundo mandato de José Fernando Faraco, 1º.Vice-Presidente, empresário do setor de informática de Florianópolis. Apesar de não ter se filiado ao PPB como Douat, sua ligação com o partido era evidente, pois chega a ocupar mais tarde e simultaneamente ao cargo da FIESC, o cargo de presidente da Celesc no período (2001/2002) durante o governo de Espiridião Amin Filho³² mandato 1999/2002, que volta ao governo do Estado depois de mais de uma década longe do poder Executivo de SC. Aliás, a eleição desse segundo mandato realizar-se mais uma vez em torno de uma lista única de consenso.

Com essa distribuição de cargos na cúpula da FIESC, a era do PFL estava então terminada e o período PPB nascia³³, no que concerne ao suporte político à estrutura de poder da entidade. Isto evidencia como os laços dos dirigentes industriais aos partidos políticos ainda estavam bastante presentes e continuavam a influenciar diretamente o acesso à cúpula da Federação.

Por tradição, o presidente da Federação continuava a indicar seu sucessor e, segundo as próprias afirmações do vice-presidente, era natural que o próximo presidente para o mandato

³⁰ Os contatos com as autoridades giravam principalmente em torno de problemas de infraestrutura (energia, telecomunicações, transporte, etc), de subsídios, de impostos (projetos de lei em relação a alteração de impostos), implantação de projetos do governo federal, bancos públicos, implantação de parques tecnológicos, liberação de recursos, reivindicações de cargos para a presidência de bancos públicos estaduais e federais e contra o fechamento desses bancos como o BRDE por exemplo, reivindicações de obras públicas para as empresas de Santa Catarina, demandas de implantação de delegacias federais no Estado de Santa Catarina (agricultura por exemplo), etc.

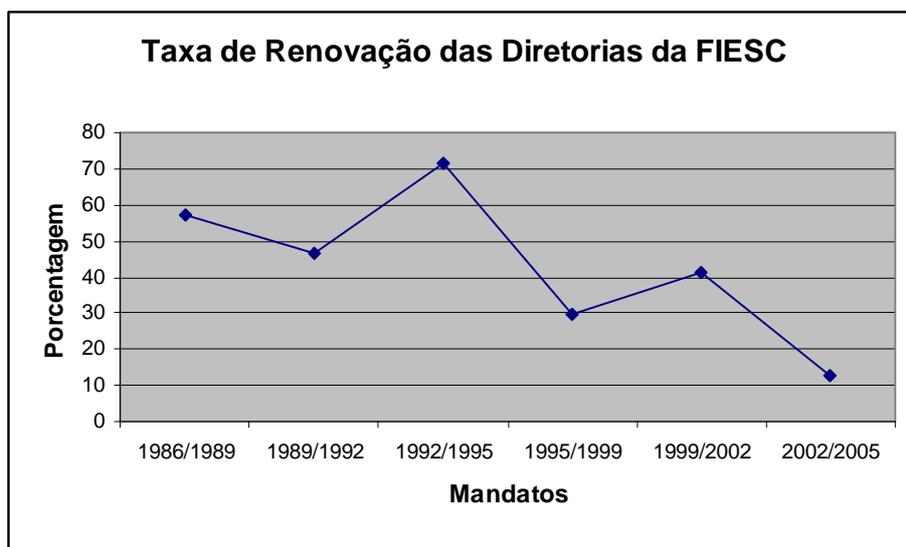
Fonte : Relatório de Atividades da FIESC dos anos de 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994.

³¹ Dados do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Santa Catarina de 27/11/1997.

³² Espiridião Amin foi também governador do Estado de Santa Catarina pelo PDS durante a ditadura militar, o partido criado para abrigar a direita brasileira com o fim da Arena. O mandato de Amin vai de 1998 à 2002

1999/2002 fosse ele mesmo. O cargo mais elevado da Federação continuava assim a ser garantido por antecedência a um dirigente já presente na organização e sustentado pelo poder político representado no Executivo do Estado. Porém, é necessário também assinalar que a presença de Faraco na direção da FIESC era mais recente, ocupando pela primeira vez e diretamente a vice-presidência da entidade em 1992, sendo sua ascensão ao cargo máximo da entidade na gestão 1999/2002 bastante rápida se comparado aos seus antecessores.

Porém, essa última eleição da entidade no século XX, revelou nos bastidores da entidade a disputa prévia de três candidatos à presidência da FIESC, Blumenau Criciúma e Florianópolis, mostrando que a polarização regional continuava forte. Se levarmos em consideração o conjunto da diretoria, o gráfico a seguir mostra que a renovação à partir de 1986 foi realmente importante, alcançando mesmo 70% de novos membros no mandato 1992/1995. Mas à exemplo do primeiro escalão, aqui também vemos decair consideravelmente a renovação do conjunto das diretorias, chegando a pífios 10% em 2002/2005.



Fonte: Número de participantes na Diretiva da Fiesc: 26, 32, 51, 51, 56 e 56, respectivamente p/1986, 1989, 1992, 1995, 1999 e 2002.

Portanto, apesar da divisão que polarizou a eleição de 1986, os últimos dados mostram que há uma acomodação dos mesmos dirigentes nos mandatos subsequentes, perpetuando-se na cúpula da FIESC industriais vindos das mesmas cidades dominantes (Joinville, Florianópolis e Blumenau), assim como o mesmo processo de negociação de distribuição de cargos para a composição da diretoria.

E portanto, não era essa a tônica do discurso de José Fernando Faraco quando do processo eleitoral que preparava a transição de poder da FIESC para o ano de 1999. Esta eleição trouxe um

³³ Segundo a matéria publicada no Jornal "O Estado", 27/09/98, sobre a mobilização do poder na FIESC, estaria naquele momento em curso, uma mudança de sigla partidária na FIESC.

novo posicionamento dos dirigentes da entidade em relação ao preenchimento dos principais cargos de direção. O antigo sistema de gestão por carteis vivia seus últimos dias, segundo se veiculava na imprensa do Estado³⁴ em 1998. O novo modelo de gestão exigia que os cargos estratégicos deveriam ser preenchidos por engenheiros.

De qualquer forma, as mudanças nesse sentido indicam que houve mais uma acomodação interna provocada pela transferência de certos diretores para o comando do SESI e do SENAI, do que uma transferência efetiva de comando da entidade. Até as eleições de 2005, a cisão de 1986 não havia desestabilizado o sistema “de cartel”, pois volta ao comando da entidade a cidade de Blumenau e a capital política, confirmando novamente o loteamento do controle do poder da instituição.

O novo modelo de gestão também deveria pautar-se sobre a nova conjuntura mundial onde a palavra de ordem era a excelência dos produtos e dos serviços fundamentais para a competitividade crescente. O grupo no poder propunha uma reestruturação completa da FIESC e seguia as coordenadas da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Era preciso adaptar-se as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), racionalizando custos, integrando a contabilidade e melhorando o seu controle. Era a « responsabilidade fiscal » atacando a estrutura corporativa das entidades.

Com uma estrutura que comportava no fim dos anos 90, 400 funcionários e um orçamento anual de 300 milhões de dólares US, uma grande estrutura como a da FIESC não poderia continuar a absorver um enorme volume de recursos sem uma contrapartida produtiva na fase atual do capitalismo, admitiam os dirigentes. O objetivo era dotar a própria entidade da capacidade de auto-financiamento, sustentando suas próprias necessidades através da prestação de serviços, além de priorizar a competitividade industrial de SC. De qualquer forma, até 2005 a transferência de recursos do governo federal continuava sendo a principal fonte de financiamento da entidade, além da administração de recursos importantes vindos de editais públicos diversos.

A FIESC continuava também a funcionar como uma agência de desenvolvimento. Desde os anos 70, a Federação desenvolvia de forma sistemática, a busca de acordos comerciais, de joint ventures, de cooperação e intercâmbio tecnológico, parcerias para a realização de feiras com países estrangeiros. Uma das prioridades sempre foi a atração de investimentos estrangeiros diretos no Estado. Atualmente esses acordos de cooperação são feitos através da Promos, a *agência de desenvolvimento internacional* da FIESC. Essa tarefa intensificou-se principalmente nos anos 1990, com a possibilidade da instalação de novas plantas industriais favorecidas pela estabilização da economia brasileira à partir do governo de FHC.

³⁴ "FIESC prepara a transição do poder", in : Journal O Estado, p. 1-capa, 08/09/98, Florianópolis.

Nesse sentido, a Federação industrial catarinense sempre manteve-se engajada junto ao governo em favor do desenvolvimento do Estado. Também participou diretamente à política destrutiva provocada pela guerra fiscal – na época a oferta indiscriminada de exceções fiscais dos Estados para a instalação de novas empresas – que ocorreu entre os principais Estados industrializados do país nos anos 1990.

A questão do desenvolvimento continua sendo o eixo principal das gestões da entidade nos últimos anos da década de 90. Esse período coincide com a volta do PMDB ao governo do Estado e o lançamento dos Fóruns de Desenvolvimento em abril de 1996, uma iniciativa do governo de Paulo Afonso Evangelista Vieira e de outras entidades representativas. É o período também em que a FIESC mantém-se distante do Executivo do Estado. Esses Fóruns passam a tornar-se realidade somente com a fundação oficial da Agência Forumcat (Forum Catarinense de Desenvolvimento)³⁵ em 1998 na sede do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento), coordenadora inicial do Forum no período de dois anos. Mas a fase da operacionalização somente será efetivada pelo governo de Espiridião Amin do PP, eleito para o governo do Estado para o mandato 1999/2002. É a partir daí também que são implementados os « *Fóruns Regionais de Desenvolvimento* » e a volta da FIESC junto a esfera pública do Estado.

O principal objetivo do Fórum era planejar, definir, propor e incentivar a implementação de Políticas de Desenvolvimento para SC e, integrar as entidades envolvidas com o desenvolvimento para, de forma coordenada, assegurar a continuidade dos programas e projetos em implantação e promover efetivamente outros a serem delineados para o Estado de Santa Catarina.

Até agosto de 2004 haviam sido criados 16 Fóruns Regionais em todo o Estado, sendo que oito deles foram transformados em Agências de Desenvolvimento, as chamadas ADRS (Agências de Desenvolvimento Regional e Setorial) por iniciativa da FIESC. Aliás, a entidade passa a ser a própria coordenadora desses fóruns e agências à partir de 1999, passando a administrar o projeto através do IEL³⁶ (Instituto Euvaldo Lodi, entidade que faz parte do Sistema FIESC), e do SEBRAE.

Nesse primeiro mandato de José Fernando Xavier Faraco, enquanto presidente da FIESC (1999-2002), os laços da FIESC aprofundam-se ainda mais com o governo do PP. O espaço ocupado pela Federação enquanto coordenadora dos Fóruns e Agências de Desenvolvimento, é sem

³⁵ O Conselho Executivo do Forumcat foi formado pelas seguintes entidades : Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico – SDT ; Federação Catarinense de Associações de Municípios – FECAM ; Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – SEBRAE/SC ; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC ; Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC ; Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina – FACISC ; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e ; Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina – FAESC.
Cf. Informações on-line, Iel-SC. 26.08.2004.

³⁶ O IEL é gestor de projetos junto ao Estado e de outros órgãos e instituições. Seus principais objetivos são oferecer instrumentos de gestão para a iniciativa privada, dando consultoria para empresas privadas, inovação e transferência tecnológica, além de cursos de capacitação e estágios. O IEL capta recursos do Fundo Social, da Fampesc, Sebrae, Finep, Celesc/Aneel, através de editais públicos diversos.

dúvida crucial para entender a sua participação junto à máquina estatal e de fazer passar seu projeto para a sociedade, fortalecendo-se também enquanto entidade legítima junto ao empresariado.

O Projeto Forumcat desenvolveu-se normalmente enquanto Espiridião Amim ocupava o Executivo do Estado, mas as agências acabaram sendo esvaziadas nas suas funções com a volta do PMDB ao governo do Estado em 2003-2006, principalmente com a elaboração e implantação do processo de descentralização da administração estadual. Juntamente com os Fóruns foram criadas 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em todo o Estado até o momento, mas que acabaram englobando as ações das Agências e enfraquecendo suas principais ações junto à comunidade, levando o IEL a se desvincular do projeto em setembro de 2005. À partir de então a FIESC não coordenaria mais o projeto.

O envolvimento da Federação com o projeto também pode ser observado no plano interno da entidade na gestão 1999-2002, com a criação de algumas vice-presidências para Assuntos Estratégicos, a de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico, de Desenvolvimento Regional e de Articulação Institucional. Efetivamente, desde a primeira gestão de Osvaldo Moreira Douat em 1992, a entidade vem criando espaços internos na área de políticas de desenvolvimento com a criação das Câmaras Especializadas³⁷, de coordenadorias regionais através de 09 (nove) Vice-Presidências para Assuntos Regionais e 11 (onze) Vice-Presidências para Assuntos Setoriais.

Essas mudanças na estrutura organizacional da Federação, de suas atividades voltadas para o mercado, e seu reforço junto à estrutura estatal com o seu engajamento a favor do desenvolvimento de sua região na nova fase de economia aberta à concorrência internacional à partir dos anos 90, tem sem dúvida contribuído para a manutenção da estrutura corporativa de representação de interesses do empresariado no Brasil, conservando sua estrutura no interior dos Estados. A FIESC é hoje a 5º maior Federação do país, somando todas as suas unidades tem 4 mil funcionários e uma movimentação financeira acima de R\$ 500 milhões de reais.

A gestão de Faraco priorizou a busca de investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento sustentado, a dotação de máxima competitividade aos setores tradicionais da indústria, a busca de agregação de valor aos produtos através de inovação tecnológica e o fortalecimento da representação empresarial. Nessa direção, Faraco criou conjuntamente com as outras duas Federações das Indústrias da Região Sul - FIEP e FIERGS, e com parlamentares da Região Sul, o Fórum Industrial Parlamentar Sul, com o objetivo específico de fortalecer o poder de barganha da região, pressionando em favor de mais infra-estrutura e outras medidas visando o

³⁷ Atualmente são 12 (doze) : Câmara da Indústria do Turismo, de Assuntos de Energia, de Assuntos de Transporte e Logística, de Assuntos Tributários e Legislativos, de Comércio Exterior, de Desenvolvimento da Indústria de Autopeças, de Desenvolvimento da Indústria de Panificação e Confeitaria, de Desenvolvimento da Indústria Florestal, de Qualidade Ambiental, de Relações Trabalhistas, de Tecnologia e a Câmara Estadual da Indústria da Construção de Santa Catarina.

Cf.Documento Interno da FIESC, 2005.

desenvolvimento econômico³⁸. O Fórum propõe também uma melhor sintonia com os governadores dos três Estados.

No plano da representação política, as duas gestões de Faraco na FIESC entre 1999/2005 concentram outros dirigentes empresariais com ligações com o setor público, como o diretor Carlos Rodolfo Schneider, presidente da Celesc, o diretor Genésio Ayres Marchetti, prefeito de Ibirama, Avelino Menegolla, prefeito de Xanxerê, Carlos Alberto Barata vice-prefeito de Criciúma, Guido José Búrigo, líder regional do PP, Barbara Paludo que concorreu ao pleito de deputada mas não foi eleita.

A ação política como principal estratégia da FIESC

A mais nova diretoria da FIESC, gestão 2005-2008, também eleita por chapa de consenso, trouxe novamente à presidência da entidade um empresário da cidade de Blumenau (Vale do Itajaí), ex-vice da gestão anterior, presidente da Câmara de Transporte e Logística da FIESC, e presidente da Electro Aço Altona S/A, a mesma empresa que era comandada por Bernardo Wolfgang Werner que foi presidente da entidade durante uma década, entre 1975 e 1986. Se analisarmos todo o período de existência da Federação, apenas 04 gêneros da indústria ocuparam a presidência da FIESC: madeira, têxtil, metal-mecânica e informática.

Nesse mandato a entidade volta a se empenhar em trazer de volta o empresariado representante da grande indústria. O Conselho de Política Industrial que havia sido criado na gestão de Douat e que era formado por empresários de elevada representatividade no contexto da economia estadual e nacional, pretende agora ser reativado com a criação do *Conselho Superior de Formulação Estratégica*, e com o objetivo de auxiliar a direção da FIESC na estruturação dos grandes temas que nortearão a entidade daqui pra frente³⁹.

Entre as grandes estratégias de ação sinalizadas pelo novo presidente da FIESC, a ação política torna-se definitivamente uma questão aberta e central para a entidade. O principal “desafio” segundo o novo presidente, é estreitar ainda mais o relacionamento com os três poderes - Judiciário, Legislativo e Executivo – para cobrar ações dirigidas ao conjunto da indústria catarinense, assim

³⁸ Em 2004, depois de um encontro que reuniu o setor produtivo e cerca de 30 congressistas do sul na sede da CNI em Brasília, o Fórum apresentou aos ministros das áreas relacionadas à infra-estrutura um documento fechado contendo suas principais reivindicações. A aproximação do Fórum e o Executivo Federal visava incluir no Orçamento da União de 2005 recursos para projetos estratégicos que dependiam de verbas federais e que poderiam minimizar os gargalos de infra-estrutura no sul.

³⁹ A falta de uma representação mais efetiva das grandes empresas na direção da entidade, está relacionado ao seu acesso à outros canais de representação empresarial como as Associações Setoriais que atuam a nível nacional, mas também e, principalmente, pela sua capacidade de influência direta sobre o poder executivo onde costumam ser prontamente atendidas nas suas demandas, seja porque são grandes geradoras de empregos, grandes recolhedoras de tributos e grandes exportadoras do Estado de SC.

como alimentar os setores públicos com as inúmeras informações sobre a economia do Estado apuradas pelo Sistema FIESC.

*A meta é então influir na gestão do setor público*⁴⁰. É o que comprova a declaração do novo presidente da FIESC : « A reflexão que precisamos fazer é a propósito do modelo de gestão pública hoje vigente no país. Chamamos a atenção, em especial, sobre o tamanho, o custo e a real finalidade dos aparelhos de Estado, aqui compreendidas todas as estruturas do poder público, em todas as esferas e instâncias »⁴¹. Entre os principais temas discutidos pela instituição junto aos parlamentares estão o protesto contra os altos juros, encargos e tributos, além da necessidade urgente de reformas na área trabalhista, sindical e política. Isto significa para a FIESC aprofundar as reformas neoliberais no que se refere a diminuição urgente do tamanho do aparato estatal e, principalmente, a intervenção do Estado na esfera social, para garantir assim recursos suficientes para investir em setores que segundo ela, são os que realmente criam empregos e trazem a prosperidade, ou seja, o setor produtivo.

A meta da entidade é também fortalecer os laços com os empresários de outros setores com o objetivo de uma união maior entre os próprios empresários catarinenses, como é o caso do recém criado Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (COFEM), um órgão multisetorial de representação do empresariado catarinense que reúne mais sete entidades. Nesse sentido, o que fica bastante claro para a entidade, é a necessidade de conjugar esforços dos diferentes setores que compõe a classe empresarial estadual e do Legislativo em favor desse projeto. Segundo palavras do novo presidente: “ E será através da união de empresários e parlamentares que teremos peso, força e opinião para mudar as coisas”.⁴² .

O exemplo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina confirma assim a continuação do modelo corporativista de mediação e de representação do empresariado no Brasil e ela continua sendo atualmente a instituição mais importante da classe empresarial em Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste trabalho procurou demonstrar as principais estratégias de ação política da FIESC em relação ao setor público desde a sua fundação em 1950, e principalmente, à partir do retorno da democracia em 1985 e da nova ordem econômica inaugurada do início dos anos 90, quando se opera a abertura do mercado e uma nova redefinição do papel estratégico do Estado brasileiro.

⁴⁰ Cf. Jornal Diário Catarinense, 13.08.2005, p.17, In : « Fiesc quer influir também na gestão do setor público » .

⁴¹ Cf. Jornal Diário Catarinense, 13.08.2005, p.17, In : « Fiesc quer influir também na gestão do setor público » .

⁴² Cf. Jornal Diário Catarinense, 13.08.2005, caderno de economia, p.15, In : « Ação política será meta da nova gestão » .

Desde cedo, o objetivo da entidade foi direcionar seus esforços para influenciar junto ao governo do Estado, a decisão dos rumos do desenvolvimento do Estado. Essa estratégia aprofundou-se durante o período do regime militar, levando a FIESC através do seu presidente a ocupar o cargo de governador de SC. Esse papel estratégico da estrutura de representação corporativa industrial catarinense no governo do Estado no período desenvolvimentista em SC é um traço fundamental e importante para entender o alto poder de decisão da entidade na regulação econômica do Estado e, conseqüentemente, nos projetos de desenvolvimento para SC. As relações entre governo e indústria confundiram-se a tal ponto de não podermos perceber onde começa e termina as esferas público/privada no Estado.

Essa harmonia termina com a conjuntura de transição política dos anos 80 e a eleição de um governo de centro (PMDB) para o governo catarinense em 1986, influenciando diretamente a dinâmica de renovação e de representação dos interesses industriais da FIESC junto a máquina administrativa do Estado. A exemplo de outras Federações de Indústrias e de outras entidades de representação do empresariado industrial nacional, a FIESC passa por um processo de adaptação e de mudanças profundas tanto na sua forma de ação, quanto na sua estrutura organizacional.

Num primeiro momento, com o retorno da democracia em 1985 e a emergência de novos atores na cena política, além da importância progressiva da arena congressual (Poder Legislativo), surgiu uma importante concorrência entre os diferentes grupos empresariais na disputa pelo controle da direção da FIESC. O processo eleitoral interno de 1986 revelou a formação de duas frentes empresariais distintas, veiculando visões diferentes do que « deveria ser » a ação e as tarefas de uma organização patronal. Contrariamente a gestão assistencialista até então vigente, o grupo opositor veiculava a necessidade urgente de dotar a entidade de instrumentos e de análise técnica competente para fazer face às reivindicações crescentes das organizações dos trabalhadores, assim como criar novas estratégias de representação política para poder representar eficazmente os interesses do empresariado industrial catarinense na discussão de temas de prioridade nacional e estadual em debate na época, e em especial e principalmente, garantir a continuidade de sua participação junto a máquina administrativa estadual na definição de políticas para o setor. A FIESC também deveria aprimorar suas estratégias de atuação no mercado com base em dados técnicos e difusão de informações sistemáticas aos associados, transformando-se numa grande prestadora de serviços e desempenhando uma série de atividades úteis ao setor.

Percebe-se assim, que à exemplo da renovação das lideranças das organizações corporativas centrais do empresariado industrial nacional, tais como a FIESP, a FIERGS e até certo grau a CNI, a Federação catarinense também desenvolveu a partir de então uma preocupação constante com a renovação dos seus quadros dirigentes. Porém, a cisão de 1986 não chegou a atrapalhar o velho corporativismo regional dos grupos industriais catarinenses e a ditadura do velho estilo de « cartas

marcadas » na hora de eleger a cúpula da entidade. Se num primeiro momento logo no início do período de retorno da democracia ao país agitam-se os ânimos do empresariado catarinense para o controle da direção da entidade, percebe-se que ao longo da década de 90 e até atualmente, há uma acomodação dos interesses empresariais entre as regiões mais bem industrializadas pela alternância do controle do poder na cúpula da Federação.

Num segundo momento, já na primeira metade da década de 90, com a abertura econômica e o início das reformas econômicas e político-institucionais, a ação política da FIESC torna-se mais abrangente e explícita. A entidade volta-se com mais empenho para a esfera do Legislativo estadual e federal em função do aumento da sua atividade regulatória, utilizando o lobby como estratégia importante de intercâmbio com os partidos políticos para veicular seus interesses e influenciá-los à seu favor na formulação e na votação de políticas específicas e na regulamentação de novas leis pelo Legislativo Estadual e Federal, dando mostras de uma adaptação mais efetiva ao jogo democrático com a representação dos seus interesses através do Poder Legislativo. Faz parte dessa disposição também, a filiação de vários dirigentes empresariais da FIESC à partidos políticos no período 1986-1995, principalmente os de direita, conforme demonstram os dados da pesquisa.

Mas, paralelamente a essa preocupação em utilizar a via democrática para fazer representar seus interesses, há também um aprofundamento significativo da participação direta da FIESC na máquina administrativa do governo do Estado nesse momento, em especial, nas gestões dos governos de partidos de direita, como o PP e o PFL.

O Poder Executivo Estadual continua ocupando uma posição central na dinâmica da representação de interesses da Federação. A ocupação de espaços no Executivo Estadual continuou sendo uma das principais estratégias desenvolvidas por essa organização para a manutenção e o aumento de seu poder de influência para garantir o atendimento de suas demandas mais imediatas.

A Federação conseguiu assim chegar à um status muito importante junto aos poderes públicos tornando-se em determinados momentos praticamente uma extensão da secretaria da Indústria e do Comércio do governo estadual do Estado de Santa Catarina, com a tarefa explícita de decidir conjuntamente com o governo a política industrial a ser colocada em prática, participando de um mesmo projeto de desenvolvimento e agindo em estreita sintonia na atração de novos investimentos diretos no Estado, e na conquista de recursos junto a esfera federal. Essa simbiose entre o empresariado industrial e o Executivo Estadual em SC e, corrobora as análises de pesquisadores que já haviam identificado uma demanda crescente do empresariado industrial do centro do país por uma participação mais efetiva junto ao processo de decisão de políticas públicas.

A persistência dessas ligações muito próximas com os poderes públicos mostra que a estrutura corporativa de representação de interesses do empresariado industrial catarinense através da FIESC, continua extremamente eficaz enquanto meio de representação e mediação de interesses

para esse setor, independentemente da existência da estrutura extra-oficial de representação do empresariado. Essa organização guarda assim uma importância crucial enquanto instrumento político dos empresários industriais junto ao poder público e indica que a ação política é o eixo principal a ser considerado nas suas ações.

Essa participação garantida aos empresários industriais de SC nos governos Estaduais de direita poderia num primeiro momento ser entendida como uma relação neocorporativa positiva, onde o Estado garante a participação de representantes da sociedade civil para discutir políticas específicas de interesse dos diferentes setores antes de implementá-las efetivamente. Porém essa prática no caso da relação FIESC/Executivo do Estado não chega a se estender a outros setores da sociedade civil, como a participação do trabalhador nas negociações por exemplo. Essas relações público/privado em SC nada mais são do que a continuação do velho estilo corporativista de inserção direta do empresariado na máquina estatal, perpetuando as mesmas relações desiguais e antidemocráticas do modelo corporativista bisetorial mantido entre o Estado autoritário e populista e o empresariado ao longo das diversas fases do desenvolvimento capitalista no Brasil, de onde o trabalhador é excluído.

As articulações construídas entre os poderes públicos, os partidos políticos e a Federação em SC mostram claramente que o empresariado continua a fazer uso de métodos não democráticos para se fazer representar e ser atendido nas suas demandas, contrariamente à outros setores da sociedade que permanecem afastados da discussão e participação na formulação de políticas públicas de seu interesse depois do retorno da democracia em 1985. Dessa forma, as organizações patronais são antes de tudo organizações de interesses políticos, que seguem uma lógica de ação coletiva da classe e não a lógica pura do mercado capitalista, dentro de um sistema do qual elas possuem um lugar privilegiado – o fato de ser o dono dos meios de produção e criarem empregos - que lhes confere um poder de influência privilegiado muito superior à outros grupos de interesse.

Sem dúvida, essa ação política da entidade sobre o Executivo Estadual, também é resultado da falta de experiências neocorporativas nos governos federais posteriores a volta da democracia, marcados por um alto grau de concentração do processo decisório no Poder Executivo. As reformas políticas institucionais também fecharam muitos canais de representação corporativa do empresariado industrial no interior do aparelho estatal, obstruindo a participação mais direta do empresariado industrial brasileiro na concertação/decisão de políticas para o setor a nível nacional. Diante disso, a atenção dos empresários catarinenses se volta principalmente para a sua própria base de ação, o seu Estado, onde são decididas as políticas que lhes interessa diretamente. Nesse sentido, o Estado continua a exercer um papel fundamental enquanto instigador das formas de organização e de ação dos empresários enquanto agentes coletivos.

Enfim, essas relações e práticas de representação entre empresariado e setor público em SC, continuam a aprofundar uma assimetria na capacidade de organização dos interesses entre as classes. Do lado do trabalhador, vemos a desmobilização do sindicalismo, baixos salários e desemprego, e do lado do empresário um incremento da sua capacidade organizacional e na sua ação política e, conseqüentemente na ação coletiva da classe.

Portanto, a FIESC continua bastante sólida. O fato de pertencer à estrutura corporativa oficial de mediação de interesses do empresariado industrial não a tornou mais fraca nem no período de transição dos anos 80, nem durante toda a década de 90 até atualmente, é o que comprova também o aumento progressivo e importante de novos sindicatos filiados à Federação nesse período. Pelo contrário, o conjunto do Sistema FIESC converteu-se à uma nova administração, reestruturada conforme os ditames da concorrência do mundo globalizado. Também não podemos esquecer que a entidade controla uma soma considerável de recursos em favor do desenvolvimento industrial do Estado, o que sem dúvida corrobora diretamente para a manutenção do seu modelo de representação e atuação.

Enfim, no Estado de SC a Federação das Indústrias continua sendo um espaço altamente privilegiado que deve ser influenciado, ocupado, e também neutralizado pelos empresários ligados à grupos e interesses específicos. Essas conclusões corroboram justamente com a necessidade das entidades representativas serem analisadas e interpretadas dentro um contexto mais amplo, e à partir de uma perspectiva sócio-política, que envolve a posição dos diferentes grupos na estrutura industrial do Estado assim como suas posições sobre economia e política, e principalmente as suas articulações com os outros setores da sociedade, em especial com o setor público (Legislativo e Executivo).

Efetivamente, por abrigarem divergências muitas vezes importantes, a imensidão de interesses a serem levados em conta nessas entidades torna-se um fator que interfere constantemente sobre a estabilidade da estrutura corporativa de representação de interesses do empresariado industrial na fase atual do capitalismo mundial. Mas apesar de todos esses fatores, o sistema corporativo de representação de interesses do empresariado não está ameaçado de extinção, ao menos no que se refere a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. A Federação continua a desempenhar um papel central para a organização dos interesses da classe industrial e sua ligação com a estrutura corporativa oficial não a tornou mais fraca. A conjuntura difícil e as grandes mudanças econômicas e políticas não conseguiram fragilizar essa estrutura no Estado de Santa Catarina.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO A.M.C. et TAPIA J.R.B.: "Corporativismo e Neocorporativismo: o exame de duas trajetórias". BIB, Rio de Janeiro, n.32, 1991
- BALTAR, R. : Empresariado, transição e o papel do Estado na ordem econômica e social. São Paulo, Tese de Doutorado-USP, 1996.
- BOSCHI, R. : Elites Industriais e Democracia, Editora Graal, RJ. 1979
- BOSSLE, O.P. História da industrialização catarinense - das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis, FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) e CNI (Confederação Nacional da Indústria, 1988.
- CADASTRO INDUSTRIAL 1983, 1987, 1988/89, 1992 e 1995 - SANTA CATARINA - FIESC, 1983, 1987, 1989, 1992 e 1995, Florianópolis.
- CARDOSO, F. H. O papel do empresário no processo de transição: o caso brasileiro. Dados, 1983.
- CARREIRÃO, Yan Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-79). Tese de Mestrado em Sociologia da UFSC, Florianópolis, 1988.
- CRUZ, S. C.V.: Doce anos despues: el antiestatismo en el discurso del empresariado brasileno. Unam, México, 1988.
- _____. : 1974-1977: l'action patronale e le regime autoritaire bresilien au seuil de la transition. IEP, 1987.
- CUNHA, I.J. : O salto da indústria catarinense - um exemplo para o Brasil. Florianópolis. Paralelo 27 - série econômica, 1992, 295p.
- DELGADO, I.G. : "Empresariado, Reformas Econômicas, Custo Brasil e Política Social", XXV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu-MG, 2001, p.8.
- DINIZ, E. : Panorama da representação de interesses industriais no Brasil. Mimeog. Rio de Janeiro,1980.
- _____. : "O Legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos lobbies empresariais", in LOCUS, Revista de História, vol.5, n.1, 1999;
- _____. : Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, E. (org.). Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90. Florianópolis: UFSC-Idacon, 1993
- _____. : Crise, reforma do Estado e governabilidade, Brasil 1985-95", Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. : Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais, Brasil Anos 90, Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- _____. : Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil, in: DINIZ, E. (Org.). Empresários & Modernização Econômica: Brasil Anos 90. Florianópolis, UFSC-Idacon, 1993.
- _____.: Transição, partidos e regimes políticos: algumas considerações. In: CAMARGO, A., DINIZ, E. (Org.). Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- DINIZ, E. & BOSCHI, R. : Autonomia e dependência na representação de interesses industriais, Rio de Janeiro, Dados, n.22, 1979.
- DINIZ, E., MINELLA, A. C., GROS, D. B., BOSCHI, R. , FIGUEIREDO, R. : Empresários & Modernização Econômica: Brasil anos 90, Ed.UFSC, IDACON, Florianópolis. 1992.

- DINIZ, E., BOSCHI, R. , SANTOS, F. : Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo – A desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas, Fundação Konrad Adenauer, Série pesquisas, n.18, São Paulo, 2000.
- DINIZ, E. , Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, E e BOSCHI, R. Empresários, interesses e mercado - Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Ed.UFMG, Belo Horizonte-MG, 2004.
- DREIFUSS, R. A.: A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986), Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- _____ : O jogo da direita, Petrópolis: Ed.Vozes, São Paulo, 1989.
- FIGUEIREDO, R. Brasil e Espanha: o papel dos empresários no processo de transição para a democracia. In: E.Diniz (org.) Empresários & Modernização Econômica: Brasil Anos 90, Ed.UFSC, IDACON, p.57, 1993, Florianópolis.
- GIESE, B. : A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985), Tese de Mestrado em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 1991.
- GROS, D. B. : Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. IDACON, 1993.
- GUIA DA INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA- FIESC-CIESC, 1992, Florianópolis, pp.7-38.
- HERING, M.L.R. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O modelo catarinense de desenvolvimento, Blumenau, Ed.da FURB, 1987, 328 p.
- IBGE : Censos Industriais de 1980 e 1985.
- JORNAL A Notícia de Joinville.
- JORNAL de Santa Catarina de Blumenau.
- JORNAL Diário Catarinense de Florianópolis.
- JORNAL O Estado de Florianópolis.
- LUNA, M. & POZAS, R. Relaciones Corporativas en un período de transición. 1992.
- MEURER, E.J. Os empresários e os partidos políticos: as eleições de 1986 em Santa Catarina, Dissertação de Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, Florianópolis, 1994.
- MINELLA, A.C. : Organização corporativa e extra-corporativa do empresariado: uma reflexão teórico-metodológica. Florianópolis, UFSC, 1988.
- O'DONNELL, G. : Tensões do Estado burocrático-autoritário e a questão da democracia. In: Collier, D. (Org.). O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____ : Transições, continuidades e alguns paradoxos. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, F.W., O'DONNELL, G. (Org.). A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.
- OFFE, C. , WIESENTHAL H. : Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- REIS, F. W. : Consolidação democrática e construção do Estado. In: REIS, F.W. & O'DONNELL, G. (orgs.) A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.
- SCHMITTER, P. C. : Corporatisme, in: Relaciones Corporativas en un período de transición, LUNA, M & POZAS, R., 1992.